

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: reforma agrária

Período de Análise: 01/08/2016 a 31/08/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira.

Índice:

Incra/BA viabiliza construção de casas e melhoria de vida de famílias assentadas. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/08/2016....	6
Sem Terra ocupam Incra no Pará. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 01/08/2016.	6
Após despejo, Sem Terra reocupam latifúndio e intensificam denúncias. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 01/06/2016.	7
Latifúndio de grande devedor da União é ocupado em Goiás. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 02/08/2016.....	9
MST ocupa terras em São Paulo e Goiás e exige reforma agrária. Dimitrius Dantas – Site O Globo. 02/08/2016.....	9
MST ocupa latifúndio do Grupo Atalla no interior de São Paulo. Selma Santos. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 02/08/2016.	10
Bahia cria três assentamentos rurais no Litoral Sul e Vale do Jiquiriçá. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 02/08/2016	12
Com grandes ocupações de terra, MST exige Reforma Agrária. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 02/08/2016.	13
Território quilombola dos Alpes é decretado de interesse social no Rio Grande do Sul. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/08/2016.....	16
Movimentos Populares em alerta à sociedade contra a venda de terras para estrangeiros. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 04/08/2016.....	18
Ex presidente Lula visita assentamento do MST na Bahia. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).04/08/2016.....	21
Evento debate os caminhos da reforma agrária em Sergipe. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/08/2016.....	24
Jagunços atacam acampamento Sem Terra no Pará. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 09/08/2016.....	26
Incra entrega título de terra e resolve demanda de mais de 40 anos em Paranhos/MS. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/08/2016.....	26

“Derramam nosso sangue para a plantação de milho, soja e criação de gado”, denuncia liderança indígena. Lizely Borges - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 10/08/2016.	27
CPT denuncia mais um caso de assassinato no campo. - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).10/08/2016.....	31
Juventude Sem Terra realiza ocupação em Sergipe. Aniele Resende - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 11/08/2016.	33
Incra aposta em novo modelo de aquisição de terras. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/08/2016.....	33
Em defesa da vida, MST realiza ato de abertura da 2º Feira Estadual da Reforma Agrária. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).12/08/2016.35	
Presidentes da CNA e do INCRA avaliam situação fundiária do País. – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 16/08/2016	36
MST realiza mobilizações em todo estado de Pernambuco. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 16/08/2016.....	37
Sem Terra reocupam latifúndio improdutivo no extremo sul baiano. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 16/08/2016.	38
Assentados alagoanos inauguram construção de casas em assentamento. Gustavo Marinho - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 17/08/2016.	38
Moradores do primeiro assentamento coletivo de Alagoas recebem casas. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2016	40
Presidente do Incra visita Rondônia para tratar de conflitos agrários. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2016	41
Na Bahia, Feira da Reforma Agrária comercializa mais de 80 toneladas de produtos. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 19/08/2016.	42
Ruralistas querem recriar a CPI da Funai e do Incra, extinta nesta semana. Cristiane Sampaio. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 20/08/2016.....	44
Frei Sérgio: Atualidade da Reforma Agrária. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 19/08/2016.	47

Incra/BA convoca agricultores para regularizar situação em lotes de assentamentos. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/08/2016.....	49
Terra de estrangeiros. Denise Lerrer Rosenfeld – Site O Globo. 22/08/2016.....	50
Titulação de lotes ganha novo impulso em Rondônia. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/08/2016.....	52
Em 8 anos, 16 trabalhadores rurais foram assassinados no Paraná. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 23/08/2016.	54
Sem Terra participam da Jornada Nacional da Juventude Sem Terra no RS. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).23/08/2016.	56
MST recebe Lula no maior assentamento do Brasil. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).23/08/016.....	57
Acampamento Sebastião Camargo dá continuidade à luta de trabalhador sem terra assassinado. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 24/08/2016.....	58
Cimi denuncia que CPI beneficiou ataque ruralista contra direitos dos povos dos campos. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 24/08/2016.	60
Vandana Shiva: Vivemos uma “ordem de guerra contra a Terra”. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 25/08/2016.	62
Governo volta a discutir liberação de venda de terras a estrangeiros. – Site da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). 25/08/2016	67
MS: Mulheres instalam centro para solução de demandas em assentamento. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/08/2016	68
Incra discute novo processo de seleção de candidatas à reforma agrária. – Site da Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 26/08/2016	69
Dirigente do MST recebe homenagem da CPT em Alagoas. Gustavo Marinho - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 26/08/2016.	70
Planeta perde 33 mil hectares de terra fértil por dia. Baher Kamal. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 26/08/2016.	72
Oficina inicia revisão do processo de seleção de candidatas à reforma agrária. – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/08/2016	74

Indígenas de São Paulo, acossados por todos os lados. Masílea Gombata- Carta
Capital, 30/08/2016. 75

Incra/BA viabiliza construção de casas e melhoria de vida de famílias assentadas. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/08/2016

A Superintendência Regional do Incra na Bahia, por meio de seu serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), articulou a construção de onze moradias com cisternas para armazenamento de água no assentamento Boa Esperança Maravilha - localizado no município de Monte Santo, território de identidade do Sisal. As casas estão sendo construídas com recursos do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A conclusão das habitações está prevista para dezembro e as obras já estão adiantadas, em ponto de acabamento. A equipe de ATER - prestada em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sociocultural, Turístico e Ambiental (Fundesf) -, fez as articulações necessárias para que os contratos fossem firmados pelo PNHR, por meio do Banco do Brasil.

De acordo com umas das técnicas de ATER que atua em Monte Santo, Maria Amélia Barbosa, após a conclusão das casas será solicitado um aditivo para a construção de mais onze moradias no assentamento. “Já regularizamos a situação dessas famílias a serem inseridas no programa dessa área de reforma agrária”, acrescenta a técnica. Com isso, as famílias do Boa Esperança Maravilha serão totalmente atendidas pelo programa de habitação rural.

Amélia acrescenta ainda que a modalidade de construção das habitações é mutirão assistido. “Essa é uma forma de gerar renda e emprego para os próprios assentados ao estarem construindo suas futuras residências”, informa a técnica de ATER.

Amélia conta que as cisternas também fazem parte do mesmo projeto articulado para o PNHR. “Cada cisterna tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água para o consumo humano”, ressalta.

A equipe de ATER também conseguiu com a Escola Família Agrícola de Monte Santo mudas de árvores frutíferas que serão plantadas na agrovila. “Quando as casas estiverem prontas teremos a arborização da agrovila que produzirá frutas para ajudar a segurança alimentar e nutricional das famílias”, frisa a técnica de ATER.

Sem Terra ocupam Incra no Pará. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 01/08/2016.

A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas contra o Golpe e pela Reforma Agrária, com ocupações em órgãos públicos em todos o país.

Com cerca de 1500 Sem Terra, de acampamentos e assentamentos da região sul-sudeste do estado, o MST do estado do Pará, ocupa desde o ultimo domingo (24), a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas contra o Golpe e pela Reforma Agrária, com ocupações em órgãos públicos em todos o país, como forma de pressionar o governo a se posicionar em relação as 90 mil famílias que estão acampada em todo o país, as mais de 500 mil que estão bloqueadas no INCRA Nacional, no que implica na concessão de créditos para projetos como até uma simples declaração de assentado pela Reforma Agrária, o que vem impossibilitando o ingresso dos camponeses a universidade.

No estado uma das pautas específicas é a retomada de oito mil lotes em áreas de assentamentos que ainda não foram identificadas.

Segundo Izabel Rodrigues, coordenadora do MST, o movimento exige saber em quais áreas terão a retomada de lotes e o motivo real desta retomada.

O Incra nacional já se posicionou e já fez uma agenda de visitas nas superintendências regionais ocupadas, em Marabá (PA) o presidente Nacional do órgão, Leonardo Goes, chegará no dia 4 para receber e debater a pauta com os acampados.

Rodrigues afirma que os acampados já estão se preparando e vão massificar o acampamento para recebê-lo e pressiona-lo contra qualquer tentativa de Golpe contra os trabalhadores camponeses por parte do governo ilegítimo de Michel Temer e reafirma a luta pela Reforma Agrária Popular.

Após despejo, Sem Terra reocupam latifúndio e intensificam denúncias. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 01/06/2016.

A ação ocorreu após oito dias das famílias terem sido obrigadas, através de uma liminar de despejo, a abandonarem seus lares.

Na manhã deste sábado (30), cerca de 200 famílias Sem Terra reocuparam, pela terceira vez, a fazenda Planície, de 600 hectares, situada no município de Itanhém, Extremo Sul da Bahia.

A ação aconteceu após oito dias das famílias terem sido obrigadas, através de uma liminar de despejo, a abandonarem seus lares. Na ocasião, foi deixado para traz mais de seis hectares de plantações de milho, abóbora, feijão, tomate, melancia e uma variedade de hortaliças. Além dos seus pertences pessoais.

Ao reocupar a área e montar um novo acampamento, os Sem Terra encontraram os seus “barracos” destruídos por tratores e parte da produção saqueada, que seria comercializada nas feiras locais, o que beneficiaria a população como um todo.

Para o MST na região, esta ação é mais uma tentativa de intimidação da classe dominante local que tenta a todo custo impedir a construção da Reforma Agrária Popular.

Acampamento Padre José

O acampamento foi construído durante a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, realizada no mês de abril de 2015, onde diversos latifúndios improdutivos foram ocupados no estado.

A fazenda Planície, uma das nove de Jorge Afonso, foi denunciada pelo MST como improdutiva e com uma série de pendências junto ao poder público. Os trabalhadores afirmaram ainda, que mesmo diante das irregularidades e as diversas denúncias à justiça local, o processo de desapropriação está travado.

Por outro lado, as famílias já receberam duas liminares de despejo emitidas pelo poder judiciário da região, que não está levando em consideração as denúncias dos acampados.

“Cobramos um posicionamento do governo”

Diante das inúmeras práticas de abuso de poder e concentração de riqueza na região, as famílias reafirmam o compromisso de seguirem denunciando e lutando pela Reforma Agrária Popular.

A direção do Movimento na região destaca que é inadmissível os trabalhadores serem tratados com tanta negligência e exige um posicionamento do Governo do Estado frente a essa situação contínua de abuso de poder e criminalização das lutas populares.

Latifúndio de grande devedor da União é ocupado em Goiás. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 02/08/2016

Cerca de 1000 famílias trabalhadoras Sem Terra reocuparam o latifúndio de pouco mais de 20 mil hectares da Usina Santa Helena (USH). Confira a Nota do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

Na manhã do dia 31 de julho de 2016, na cidade de Santa Helena de Goiás, cerca de 1000 famílias trabalhadoras Sem Terra organizadas pelo MST reocuparam o latifúndio de pouco mais de 20 mil hectares da Usina Santa Helena (USH). O objetivo da ação é exigir a imediata desapropriação da Usina e o assentamento das 6.500 famílias acampadas em Goiás.

A Usina Santa Helena, que deve mais de 1 bilhão de reais para a União e aos trabalhadores, faz parte do Grupo Naoum, o qual é recorrente em crimes ambientais e débitos bilionários com antigos trabalhadores e a União em outras usinas do grupo, como a localizada no município de Jaciara (MT). O latifúndio ocupado já foi objeto de adjudicação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em Goiás, que firmou protocolo de intenção com o INCRA para destinar a área ao assentamento de famílias sem terra.

A ocupação é também uma resposta à tentativa de criminalização do MST. O Juiz da Comarca de Santa Helena é o mesmo que pediu a prisão de quatro Sem Terra, dos quais Luiz Batista e José Valdir Misnerovicz encontram-se presos injustamente e dois outros encontram-se exilados. A absurda acusação é que os militantes, ao lutarem por reforma agrária, estão participando de uma organização criminosa.

O MST em Goiás reafirma que nenhuma tentativa de criminalização da luta irá impedir a luta popular pela reforma agrária. Ao contrário, a determinação das famílias aumenta à medida em que fica clara a posição ideológica do agronegócio, do latifúndio e do judiciário goiano em tentar manter seus interesses. Seguiremos lutando pela Reforma Agrária Popular e Contra a Criminalização da Luta Popular!

MST ocupa terras em São Paulo e Goiás e exige reforma agrária. Dimitrius Dantas – Site O Globo. 02/08/2016

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) realiza duas ocupações desde domingo como parte da “Jornada Nacional de Lutas contra o Golpe e pela Reforma Agrária”, uma em São Paulo, na cidade de Jaú, e outra na cidade goiana de Santa Helena de Goiás. O grupo cobra a realização da reforma agrária.

Em São Paulo, o MST ocupou as terras da Usina Lambari, de propriedade do Grupo Atalla. Segundo o MST, o grupo arrendou a propriedade para outra companhia e demitiu mais de 3 mil trabalhadores sem pagar seus direitos trabalhistas. Em Santa Helena de Goiás, a ação ocorreu, afirma o MST, como resposta à tentativa de criminalização realizada pelo Poder Judiciário, pela polícia e pelo Ministério Público. A terra ocupada foi a Usina Santa Helena, do grupo Naoum.

— O MST já contabiliza dois militantes presos políticos em Goiás, na absurda tentativa de enquadrar o movimento como organização criminosa — afirmou Marina dos Santos, da coordenação nacional do MST, que afirmou que isso nunca aconteceu nos 32 anos de MST.

As ações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas. Desde o dia 24, o MST realiza uma série de manifestações em nove estados. No Pará, Mato Grosso, Paraíba e Ceará, as sedes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No Mato Grosso do Sul, foram bloqueadas quatro rodovias.

MST ocupa latifúndio do Grupo Atalla no interior de São Paulo. Selma Santos. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 02/08/2016.

O Grupo Atalla foi um dos financiadores da Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo. A OBAN foi o maior esquema de caça aos militantes de esquerda, tortura, assassinato e desaparecimento durante a ditadura civil-militar.

A terça-feira amanheceu com mais um latifúndio ocupado em São Paulo. Cerca de 1000 Sem terra ocuparam a Usina Lambari, no município de Jaú um latifúndio com cerca de 1000 hectares, de propriedade do Grupo Atalla.

A fazenda encontra-se abandonada e, no momento, está arrendada para a Raízen. Criada a partir da junção de parte dos negócios da Shell e da Cosan, a Raízen cresceu como empresa única. Atualmente é considerada uma das cinco maiores empresas em faturamento e está entre as três maiores distribuidoras de combustíveis do Brasil. Além disso, é a principal fabricante de etanol de cana-de-açúcar do país e a maior exportadora individual de açúcar de cana no mercado internacional.

O Grupo Atalla possui diversas empresas em outros ramos, entre elas a Central Paulista de Açúcar e Álcool, localizada em Jaú (SP) e a Central de Açúcar e Álcool, em Porecatu (PR), ambas com filiais em todo o estado. O Grupo também é proprietário da Ciplan - Cimentos Planalto - que opera no ramo de cimentos e construção civil no Distrito Federal e da Central Paulista de Inseminação Artificial (Haras Atalla).

Histórico do Grupo Atalla

As usinas de açúcar e álcool do Grupo Atalla tiveram seu auge nos anos 70. Jorge Wolney Atalla - proprietário da Fazenda Usina Lambari -, foi o presidente de honra da Copersucar, maior exportadora brasileira de açúcar e etanol no mercado mundial. Atualmente, a Companhia é responsável pela exportação de 55% do açúcar e 60% do álcool produzidos no país.

Jorge Wolney Atalla também foi um dos fundadores do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), criado para desenvolver variedades genéticas mais produtivas. No início, o CTC tinha a Copersucar como controladora única, mas hoje estão entre seus principais acionistas empresas como o Grupo Raízen, Odebrecht, São Martinho, Bunge, Tereos, Coruripe e Santa Terezinha.

O Grupo Atalla foi um dos financiadores da Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo. A OBAN foi o maior esquema de caça aos militantes de esquerda, tortura, assassinato e desaparecimento durante a ditadura civil-militar e era comandado pelo Exército. Não por acaso, nos anos 70, os governos militares concederam empréstimo de cerca de 300 milhões de dólares para o Grupo Atalla, com prazo a perder de vista e que nunca foram devolvidos aos cofres públicos.

Cenário atual

Parte das usinas em falência do grupo Atalla foram arrendadas para a Cosan e a Raízen - empresas que dominam a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e etanol do país -, e também para Usina Equipav - um complexo de usinas, mineradoras, construtora, entre outros.

Segundo informações de Sindicatos da região de Jaú, desde 2007 - quando parte das usinas foram arrendadas para a Cosan, - o Grupo Atalla demitiu mais de três mil trabalhadores no estado de São Paulo, sem acertar os direitos trabalhistas. Atualmente existem cerca de 700 ações judiciais movidas por trabalhadores contra o Grupo Attalla tramitando em duas Varas do Trabalho em Jaú.

Entre os trabalhadores lesados estão cortadores de cana, trabalhadores da indústria química e alimentação (produção de açúcar e álcool), motoristas de transporte de cana e vigilantes. As demissões em massa se deram por conta do acordo de arrendamento entre o Grupo Atalla e o Grupo Cosan. A Cosan pagou antecipado por cinco anos de arrendamento para o Grupo Atalla, no entanto os trabalhadores não foram pagos. Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Jaú, Mineiros do Tietê, Igarapu e Barra Bonita denunciaram a empresa para o Ministério Público do Trabalho.

Situação Judicial

Segundo informações do Jornal da Cidade (Bauru) e Jornal do Comércio do Jaú, a Justiça do Trabalho de Jaú bloqueou contas bancárias do Grupo Atalla para pagamentos de rescisões de contrato de mais de 800 trabalhadores demitidos, atendendo liminar em ação civil pública da Procuradoria Regional do Trabalho de Bauru, da 15ª Região. Em 2008, a liminar foi concedida pelo Juiz José Roberto Tomazzi, da 1ª Vara do Trabalho da Comarca de Jaú.

De acordo o procurador do Trabalho, Luís Henrique Rafael, aproximadamente R\$ 2,5 milhões foram bloqueados das contas bancárias de empresas do Grupo Atalla. Após a Justiça determinar o bloqueio dos ativos financeiros do Grupo, esse valor foi repassado para uma conta judicial e esta à disposição da Justiça do Trabalho.

Bahia cria três assentamentos rurais no Litoral Sul e Vale do Jiquiriçá. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 02/08/2016

A superintendência regional do Incra na Bahia publicou portarias de criação de três projetos de assentamento no Diário Oficial da União (DOU) nesta terça-feira (02). Os projetos beneficiam 55 famílias de trabalhadores rurais em áreas que totalizam 1684,2 hectares de terras.

Duas áreas estão situadas no território de identidade do Litoral Sul. São elas o projeto de assentamento Pancadinha, localizado no município de Almadina, e o projeto Nova Jerusalém, no município Una. O projeto Pancadinha possui capacidade para assentar 14 famílias, em 317,8 hectares, e o Nova Jerusalém atenderá 15 famílias de trabalhadores, numa área de 359,4 hectares.

Já no município de Maracás foi criado o projeto de assentamento Mãe Maria, no território de identidade do Vale do Jiquiriçá. A área é de 1007 hectares e tem capacidade

para recepcionar 26 famílias. De acordo com o chefe da Divisão de Obtenção de Terras do Inkra/BA, Adelson Gomes, os projetos são importantes pois atendem a demanda por áreas em uma região de pouca oferta de terras aptas para viabilizar a criação de assentamentos, como o Litoral Sul. Gomes ainda informa que o próximo passo será efetuar o Cadastro Ambiental Rural, por meio dos três assentamentos no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (Cefir), para obtenção dos licenciamentos ambientais. O assentamento Mãe Maria tem aptidão para o cultivo de mamona, culturas anuais e criação de gado e bodes. O Pancadinha possui potencialidade para o desenvolvimento da cultura do cacau, da seringa, banana e frutas, tais como cajá, goiaba e cajá-umbu. Já no assentamento Nova Jerusalém pode ser desenvolvido o cultivo do cacau, banana, mandioca e pastagem para criação de gado leiteiro.

Com grandes ocupações de terra, MST exige Reforma Agrária. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 02/08/2016.

Está na pauta da Jornada Nacional de Lutas o assentamento imediato das 90 mil famílias hoje acampadas.

Com ocupações de latifúndios em todas as regiões do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cobra a realização da Reforma Agrária, demanda de mais de 90 mil famílias hoje acampadas em latifúndios ou à beira das estradas. Na manhã desta terça-feira (02), 700 famílias ocuparam as terras da Usina Lambari, em Jaú-SP, de propriedade do Grupo Atalla.

O grupo arrendou a propriedade para outro grande conglomerado (Raízen, resultado da junção de parte dos negócios da Shell e da Cosan), demitindo mais de 3 mil trabalhadores em São Paulo, sem pagar seus direitos trabalhistas. Agora, as terras estão ocupadas por famílias Sem Terra que as reivindicam para ali produzirem seu sustento e as condições para uma alimentação saudável no campo e nas cidades.

Outro grande latifúndio ocupado durante a Jornada Nacional de Lutas contra o Golpe e pela Reforma Agrária foi a Usina Santa Helena, ligada ao Grupo Naoum, grande devedor da União. A ação com mais de mil famílias ocorreu no domingo (31/08) no

município de Santa Helena de Goiás-GO como resposta à tentativa de criminalização orquestrada pelos poderes judiciário, policial e Ministério Público.

“O MST já contabiliza dois militantes presos políticos em Goiás, na absurda tentativa de enquadrar o Movimento como organização criminosa. Isso nunca aconteceu em nossos 32 anos de luta pelo acesso de famílias Sem Terra ao seu direito de ter um chão para plantar, morar e produzir suas vidas”, alerta Marina dos Santos da coordenação nacional do MST.

“A jornada de lutas é pela Reforma Agrária Popular e contra o Golpe, para denunciar o modo como o agronegócio trata a terra e denunciar as empresas sonegadas de impostos e direitos, desviando milhões da população brasileira como o caso das usinas do Grupo Naoum, em Goiás, e Atalla, em São Paulo, ocupadas nos últimos dias”, explica.

“Lutamos contra o sucateamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e contra este governo ilegítimo e Golpista do Temer. Exigimos o assentamento imediato das famílias acampadas e o fim da criminalização dos movimentos e das lutas sociais”, dispara Marina.

“Esta situação de perseguição ideológica somente estimula mais ainda os trabalhadores a se organizarem para lutarmos por nossos direitos. Queremos terra para constituir um novo modelo de produção agrícola, sob transição agroecológica, para alimentar com comida saudável as mesas das famílias nas cidades”, conclui a militante. Desde o último dia 24, ações se desenrolam em protesto por todo país.

Confira as mobilizações nos demais estados:

Pará

Cerca de 100 Sem Terra ocuparam a sede do Incra, em Marabá, Sudeste do Pará na noite do último dia 25/07. Uma das principais reivindicações dos trabalhadores foi a criação de novos assentamentos rurais para atender os cerca de cinco mil Sem Terra que vivem em acampamentos nas regiões Sul e Sudeste do estado.

Sergipe

Cerca de 15 mil trabalhadores Sem Terra marcharam em Aracaju, em comemoração ao Dia do Trabalhador Rural e em defesa da democracia. Entre as reivindicações do movimento estava a desapropriação de fazendas, a implantação de um sistema de

abastecimento de água, crédito para assentados e manutenção dos serviços de assistência técnica.

Cuiabá

Em Cuiabá, cerca de 100 trabalhadores Sem Terra, ocuparam a sede Incra. Entre as reivindicações listadas estão o direito à segurança e soberania alimentar, sem agrotóxicos nem transgênicos, uma educação e saúde de qualidade para todos e uma Reforma Agrária verdadeira e eficaz.

Dê Silva, coordenadora regional do MST, explica que o objetivo da ocupação é pressionar o instituto para uma efetivação de assentamentos e adequação de infraestrutura daqueles já existentes. Entre as reivindicações do Movimento, está o assentamento imediato de cerca de 2000 famílias acampadas no estado.

“Em Mato Grosso nunca aconteceu uma Reforma agrária de fato. Na verdade, consolidaram assentamentos em favelas rurais, sem infraestrutura adequada, nem possibilidades de subsistência, acesso a créditos, saúde e outras necessidades básicas. Por isso, nossa luta permanece firme e forte, para fazer valer nossos direitos e aqueles de toda a classe trabalhadora brasileira”, disse Dê.

São Paulo

Os Sem Terra também participaram de um ato unitário dos movimentos populares do campo em frente ao Ministério Público Federal de Bauru no dia 27/07.

Paraíba

600 trabalhadores rurais Sem Terra ocuparam a sede Incra, em João Pessoa. Os trabalhadores exigem a retomada na construção de assentamentos em toda a região do estado.

Fortaleza

Cerca de 1000 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra ocuparam a sede do Incra em Fortaleza.

A pauta, já antiga, é conhecida dos governos do estado: terra para as mais de quatro mil famílias acampadas. Os trabalhadores também denunciaram a constante ameaça de despejo que as famílias sofrem constantemente. Os trabalhadores também ocuparam a sede da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace).

Mato Grosso do Sul

Sem Terra ocuparam as principais rodovias do Mato Grosso do Sul. Foram bloqueadas as BR 060 em Sidrolândia, BR 267 em Casa Verde, BR 163 em Naviraí e Rio Brilhante

e a BR 262 em Terenos e Três Lagoas. Os Sem Terra também ocuparam o Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat).

Maranhão

O MST realizou entre 28 e 30/07, a Feira Estadual da Reforma Agrária, em São Luís. Pouco mais de uma tonelada em alimentos agroecológicos, além de produções artesanais de camponeses de todo o estado do Maranhão foram comercializadas, aproximando a população do campo à cidade.

Paraná

No Paraná, durante quatro dias de atividades, cerca de 3000 mil agricultores e agricultoras, estudantes, pesquisadores, entre outros, participaram das 15^o Jornada de Agroecologia. A Jornada também se configura como espaço de socialização das necessidades dos povos dos campos e assim reafirma suas exigências históricas, a garantia do direito à terra e ao território aos povos indígenas, quilombolas, camponeses e povos de comunidades tradicionais, como condição primeira para avançar no projeto popular agroecológico e soberano para a agricultura.

Território quilombola dos Alpes é decretado de interesse social no Rio Grande do Sul. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/08/2016

Três meses após obter portaria de reconhecimento do Incra, o quilombo dos Alpes, em Porto Alegre/RS, obteve mais uma conquista no processo de regularização fundiária. O Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (2) publicou Decreto, assinado pela Presidência da República, declarando a área - de 58,2 hectares -, de interesse social para fins de desapropriação. Este é o primeiro território quilombola no Estado a atingir esta fase em 2016.

“Significa que o Incra está autorizado a proceder a avaliação dos imóveis localizados dentro do perímetro para depois ajuizar as devidas ações desapropriatórias” explica o chefe do setor de quilombos do Incra/RS, Vitor Py Machado. Conforme o gestor, os levantamentos integrantes do processo de regularização fundiária identificaram 16 propriedades na área, sendo que a legislação assegura indenização em dinheiro em valores de mercado aos detentores que possuam títulos de domínio válidos.

Machado ainda destaca que o trabalho culmina na emissão dos títulos das terras, os quais devem ser registrados em cartório, em nome da associação local. “O título é imprescritível, inalienável, impenhorável, coletivo e pró-indiviso”, ressalta. Isso

significa que a área será transferida ao conjunto dos quilombolas, não poderá ser doada, penhorada, vendida ou subdividida.

A comunidade quilombola Alpes é integrada por cerca de 60 famílias e situa-se no alto do morro da Glória, entre os bairros Cascata e Teresópolis, a cerca de 15 quilômetros do centro da cidade. Conforme pesquisa sócio-histórica antropológica, a formação do quilombo data do início do século XX, quando Edwirges Garcia chegou à localidade fugida dos prováveis castigos que seu esposo sofreria por ter quebrado o chifre de um boi na fazenda onde trabalhava.

Mãe de quatro filhos, a matriarca trabalhou como cozinheira em casas das redondezas, ofício exercido por muitas de suas filhas, netas e bisnetas, já que parte da comunidade é composta por empregados domésticos e prestadores de serviços.

O grupo lembra que “vó Edwirges” morou em vários pontos do morro e viveu até cerca de 110 anos inspirando seu modo de vida entre descendentes e agregados. Uma das características marcantes dos moradores é a relação de identidade com o local, especialmente as plantas, o solo, a água e demais recursos naturais.

Em 2005, a comunidade obteve a certidão de autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares, mesmo ano em que abriu processo de regularização fundiária junto ao Incra. Desde então, passou a buscar direitos pertinentes às populações quilombolas e a implementar projetos coletivos: horta, replantio de mudas nativas, reconstrução da sede da Associação do Quilombo dos Alpes Dona Edwirges, entre outros.

Em 20 de abril deste ano, o Incra publicou portaria reconhecendo a comunidade e declarando a localização dos 58,2 hectares do território quilombola. “A gente sempre soube que era uma família diferente, mais reservada do que as outras, com uma relação forte entre os descendentes da vó Edwirges e com o lugar. Tinha consciência de ser uma família, mas não de ser quilombola”, revelou Karina Rejane Ellias, neta da pioneira, durante um evento recente no quilombo.

Com a publicação do Decreto Presidencial, a satisfação está renovada. “Estamos explodindo de alegria. É uma coisa sólida. Uma área de onde ninguém pode nos tirar agora nem no futuro. O que mais quero é fechar os olhos e ter segurança de saber que meus netos têm onde ficar, que podem ir e vir livres por estes caminhos”, relata outra líder, Rosângela da Silva Ellias (Janja).

A Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul conta com 96 processos de regularização fundiária de comunidades quilombolas protocolados, dos quais oito obtiveram o Decreto Presidencial.

Deste montante, um território está totalmente titulado (Chácara das Rosas, no município de Canoas) e três possuem títulos parciais: Família Silva (em Porto Alegre), Casca (em Mostardas) e Rincão dos Martimianos (em Restinga Sêca). No final de junho, o Instituto foi imitado na posse da área relativa ao quilombo Novo Horizonte, em Jacuizinho.

Movimentos Populares em alerta à sociedade contra a venda de terras para estrangeiros. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 04/08/2016.

Atualmente, a compra de terra por estrangeiros encontra limites. É possível a aquisição de até três módulos rurais, sem qualquer condicionalidade.

Cerca de 150 educadores ligados à entidades do campo, movimentos populares e sindicais se reuniram no V FoFEC (Fórum Fluminense de Educação do Campo), que aconteceu no último dia 6 de agosto na Escola Municipal Sargento João Délio em Duque de Caxias no Rio de Janeiro.

O FoFEC teve o objetivo de reunir o acúmulo de experiências estratégicas das comunidades camponesas e tradicionais com a finalidade de consolidar a educação do campo como realidade efetiva que atenda às necessidades dos sujeitos diversos que vivem da terra, dos rios e das florestas.

Ao final do encontro os grupos presentes lançaram uma carta aberta em que , dentre outras coisas, criticam o Projeto Escola Sem Partido e atual governo comandando interinamente por Michel Temer.

"Declaramos que nos posicionamos contra o atual governo federal, golpista e inconstitucional, que trabalha pela retirada de direitos da classe trabalhadora, que tem como política para o campo a hegemonização e a ampliação do agronegócio – modelo que gera doença e morte para a terra, os seres humanos e o ambiente – assim como repudiamos projetos que firam a autonomia das escolas públicas e de seus educadores, como a “Escola Sem Partido” e seus similares", diz um trecho do documento.

Leia abaixo a carta na íntegra e veja aqui o vídeo produzido pelo Coletivo Luta em Foco sobre o encontro.

18 anos na Luta por Direitos da Educação do Campesinato Fluminense

Carta Aberta V FOPEC

Nós, participantes do V Fórum Fluminense de Educação do Campo, reunidos na Escola Municipal Sargento João Délio, no município de Duque de Caxias (RJ), no dia 06 de agosto de 2016, conclamamos a todos os movimentos sociais do campo e da cidade para, de forma mais incisiva, lutarmos pelos nossos direitos, a fim de construir uma Educação na perspectiva da emancipação humana. Declaramos que nos posicionamos contra o atual governo federal, golpista e inconstitucional, que trabalha pela retirada de direitos da classe trabalhadora, que tem como política para o campo a hegemonização e a ampliação do agronegócio – modelo que gera doença e morte para a terra, os seres humanos e o ambiente – assim como repudiamos projetos que firam a autonomia das escolas públicas e de seus educadores, como a “Escola Sem Partido” e seus similares.

No que tange ao estado do Rio de Janeiro, vivenciamos um processo de invisibilização da área rural do estado, acarretando sua desagregação e a ausência e/ou morosidade de políticas públicas sociais. Tal processo constitui o discurso hegemônico que ser agricultor e agricultora é sinônimo de miserabilidade, levando à reprodução de tal discurso para os filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, incidindo, assim, no êxodo rural.

As crianças, adolescentes, jovens e idosos do campo têm direito à educação do campo no lugar onde vivem, tendo acesso aos conhecimentos produzidos socialmente pela humanidade. Para tanto, suas escolas devem ter condições físicas e pedagógicas adequadas, valorizando-se a história, o jeito de viver e produzir a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Diante dessa realidade, nos comprometemos a lutar pelo/pela:

1. Reconhecimento e valorização do modo de produzir a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.
2. Reconhecimento das áreas rurais dos municípios nos Planos Diretores Municipais.
3. Reconhecimento das escolas do campo nos Planos Municipais de Agricultura.
4. Instituição de políticas públicas intersetoriais para fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.
5. Implementação de assistências técnicas comprometidas com a agricultura familiar e a

agroecologia, fortalecendo o papel do Centro já existente - Centro Escola Família de Formação por

Alternância Rei Alberto.

6. Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar em todos os municípios do estado, garantindo a aquisição de 30% dos recursos destinados à agricultura familiar, privilegiando a produção local.

18 anos na Luta por Direitos da Educação do Campesinato Fluminense

7. Investimento em transportes públicos para as áreas rurais e costeiras para a realização da

Pedagogia da Alternância e acesso às escolas do campo.

8. Efetivação da Educação do Campo como política pública, decorrendo a reabertura, a manutenção e

a construção de escolas do campo, pela garantia e a ampliação do acesso a todos os níveis da Educação

Básica e suas modalidades, a Educação Profissional – nos níveis técnicos e superior –, além do atendimento

em processos inclusivos de Educação Especial.

9. Criação do Departamento de Educação do Campo no âmbito das Secretarias Municipais e Estadual

de Educação, em consonância com os movimentos sociais e seus fóruns regionais e territoriais.

10. Participação dos movimentos sociais nos cursos de Educação do Campo em seus processos de

formulação, implementação, desenvolvimento e avaliação.

11. Instituição de Fóruns Municipais de Educação que tenham como uma de suas tarefas a

elaboração de formação continuada para as escolas do campo.

12. Institucionalização do concurso público específico para as escolas do campo, escolas indígenas,

quilombolas e caiçaras.

13. Reconhecimento e fortalecimento das Licenciaturas da Educação do Campo existentes no estado

do Rio de Janeiro, garantindo as condições de infraestrutura física, financeira e político-pedagógica.

14. Discussão dos projetos político-pedagógicos das escolas do campo junto às suas comunidades e

aos movimentos sociais, contemplando um currículo diferenciado que valorize a cultura e a realidade local.

15. Elaboração de material pedagógico que contemple a realidade da Educação do Campo,

construído coletivamente por seus educadores e educadoras e comunidades.

16. Garantia de práticas formativas em Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito da formação

profissional – técnica ou superior – visando o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

17. Garantia das condições legais para todos os educandos e educandas da Educação do Campo e

Comunidades Tradicionais, tais como calendário escolar respeitando a Pedagogia da Alternância, registro e

avaliação do desenvolvimento do educando.

18. Efetivação da autonomia das escolas indígenas.

19. Extinção da nucleação como política, municipal, estadual e nacional, assim como luta contra o

fechamento das escolas do campo.

20. Instituição do Conselho Estadual de Educação Indígena.

21. Contabilização do deslocamento (casa/escola/casa) como tempo de trabalho para o educador e

educadora que atuam em escolas de difícil acesso, assim como incentivo financeiro para tal deslocamento.

Ex presidente Lula visita assentamento do MST na Bahia. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).04/08/2016.

A atividade envolveu cerca de 2500 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, além de representações públicas estaduais, nacionais e de diversos segmentos da sociedade

Nesta quarta-feira (03), o ex-presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou as famílias Sem Terra no Assentamento Lulão, localizado em Santa Cruz Cabrália, Extremo Sul da Bahia.

A atividade envolveu cerca de 2500 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, além de representações públicas estaduais, nacionais e de diversos segmentos da sociedade.

Na ocasião, Lula falou sobre a importância da luta da classe trabalhadora do campo e da cidade e da construção da Reforma Agrária Popular. Além de denunciar o golpe como um atentado ao povo brasileiro.

Mediação do conflito entre a empresa Veracel e os Sem Terra

"Lembro da minha vinda em 2005 na empresa de Eucalipto Veracel e o que eu disse aos empresários sobre as reivindicações dos Sem Terra. Lembro das críticas que a empresa me fez, quando eu disse que o movimento Sem Terra é um Movimento sério, de homens e de mulheres de bem, e que era preciso respeitá-los".

"As famílias obtiveram a terra, e o mais dignificante é que provaram com o resultado do trabalho que estavam certos, que valeu a pena qualquer sacrifício quando a luta é pela dignidade, quando é por melhores condições de vida para nossos filhos", afirmou.

"Aprendi que não há nenhuma razão para que um homem ou uma mulher deixe de lutar, que deixe de acreditar e de perseverar".

Fruto da intermediação de Lula na época, se evitou um conflito entre a classe trabalhadora e as empresas transnacionais do eucalipto na região, que poderia ter culminado como o ocorrido em Eldorado dos Carajás em 1998. Com isso, assentou-se 720 famílias em 9 áreas de assentamentos na região do extremo Sul da Bahia.

Riqueza da luta dos trabalhadores

Argumentou que as famílias do movimento Sem Terra é exemplo do que é o povo brasileiro. "Vocês ficam muito tempo embaixo de uma lona preta, com todas as dificuldades e resiste as ações da classe burguesa que faz de tudo para dificultar a vida dos trabalhadores".

"Essa vontade de lutar e coragem para defender a nossa dignidade, essa é a maior riqueza do povo brasileiro. É por isso que estou aqui. Eu quero morrer sendo testemunha de que vale a pena a luta de vocês".

"As pessoas querem paz, não querem tomar nada de ninguém. Nós queremos o que é nosso. O direito a dignidade, o direito a vida, a decência.

"Nos queremos que uma menina filha de um trabalhador possa ir pra universidade pra ser engenheira, pra ser médica, agrônoma, não pra ser empregada domestica. Nos queremos que as pessoas evoluam, se eles podem mandar os filhos deles fazer pós graduação na França, por que o trabalhador não podem também?".

Denúncia contra o golpe

Afirmou que a elite brasileira, em conjunto com o capital internacional, estão dando um golpe à democracia do país, afim de implantar seus interesses. "Estão afastando a Presidenta Dilma sem nenhuma razão".

"Eles não estão contra Dilma, ou contra o PT, estão contra 54 milhões de votos dos trabalhadores que elegeram a Presidenta", denunciou.

"Esse golpe é por que nós mostramos ao país que se pode governar com dignidade. Que o povo pobre deve ser respeitado, os trabalhadores não querem muito, eles querem trabalhar, querem estudar, querem morar, querem ter acesso cultura, segurança", afirmou.

Presidência

Apesar dos diversos gritos do povo conclamando seu retorno, o ex-presidente afirmou já estar com idade avançada e que não é sua intenção disputar as eleições presidenciais de 2018.

"A elite brasileira não tem que ter mais preocupação comigo, estou velho. E o futuro de uma pessoa de 70 anos não é como um jovem de 13 anos".

"O que eles devem ter preocupação são com os filhos dos trabalhadores que já conhecem a dignidade e aprenderam a lutar por ela. Eu não sou radical. Radical serão eles quando começarem a dizer que não serão subordinados, subservientes", afirmou.

"Portanto a elite brasileira não se preocupe com o Lula em 2018, se for necessário eu volto, mas se preocupem na verdade é que já renascemos em nossos filhos e nossos netos", concluiu.

Conjunto Assentamento Luís Inácio Lula da Silva (Lulão)

O Assentamento Luiz Inácio Lula da Silva, situado no município de Santa Cruz Cabralia, é fruto de um processo de luta do MST que iniciou em janeiro de 2003 na região do Extremo Sul da Bahia.

Dessa forma, conseguiu mobilizar com este trabalho 1500 famílias para montar um acampamento na BR 367, km 35, no entroncamento de Trancoso em Porto Seguro. O acampamento recebeu o nome de Luís Inácio Lula da Silva, e devido sua amplitude as famílias o apelidaram de Lulão.

Em abril de 2004 foi feita uma grande ocupação em uma área da empresa multinacional Veracel Celulose que ficava ao lado do acampamento Lulão, forçando o governo federal negociar três áreas para assentar as famílias.

Na verdade, a liberação destas áreas não aconteceu de forma imediata e como resultado as famílias receberam a ordem de despejo para desocuparem a fazenda da Veracel. Entretanto, as famílias decidiram continuar acampadas às margens da BR para aguardar e pressionar o andamento das negociações.

No ano seguinte, mas especificamente, no dia 20 janeiro de 2005, o Acampamento Lulão recebeu a ilustre visita do então presidente da Republica Luís Inácio Lula da Silva, que na ocasião reafirmou a sua luta pela consolidação da Reforma Agrária no país. Também, prometeu às famílias Sem Terra que até o fim daquele ano assentaria todos os acampados do Lulão, além de comprometer-se a participar do ato de entrega da emissão de posse das áreas.

No dia 27 de setembro de 2005, o então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva reuniu com todas as famílias acampadas para entregar oficialmente a imissão de posse das áreas.

Atualmente no assentamento têm varias estruturas como um Posto de Saúde da Família, a Escola Municipal Paulo Freire que atende 285 alunos, uma sede comunitária da associação do assentamento, uma agroindústria, e se está terminando a construção da quadra poliesportiva da comunidade. O Assentamento Luis Inácio Lula da Silva têm 132 famílias, possui um sistema de moradia organizado em agrovila, cada assentado tem uma área de produção individual e uma área de produção coletiva.

Evento debate os caminhos da reforma agrária em Sergipe. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/08/2016

Dezenas de agricultores e lideranças sociais participaram, nessa quinta-feira (4), em Aracaju, de um evento que discutiu a realidade e os caminhos da reforma agrária em Sergipe.

Promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (Fetase), o debate, inserido na programação do “Coletivo de Políticas: Agrícolas, Agrária e Meio Ambiente”, foi aberto com uma palestra ministrada pelo superintendente regional do Incra/SE, Haroldo Araújo Filho.

Durante a conversa com os agricultores, o superintendente traçou um breve panorama histórico dos modelos de distribuição de terras adotados no país e falou sobre a necessidade de mudança nos conceitos que norteiam a atuação da autarquia federal. “Para superar esse modelo histórico de concentração fundiária é preciso trabalhar sob o conceito de governança agrária. O Brasil precisa conhecer suas terras e elaborar políticas de Estado efetivas, para atender às reais necessidades do seu meio rural”, afirmou.

Araujo Filho também falou sobre a importância da participação dos movimentos sociais e da consolidação de uma relação com o Incra baseada no respeito mútuo e na autonomia. “O papel de vocês na construção do futuro é indispensável, especialmente em um momento de tantas interrogações. O Incra precisa dessa participação, porque é essencial ouvir os pleitos e reconhecer a representatividade dos movimentos, construindo uma relação de respeito, mas também de autonomia, para melhor executar o papel de Estado que a autarquia possui”, explicou.

Após a palestra, além de responder aos questionamentos dos agricultores durante um debate, o superintendente elencou os principais desafios que o Incra deverá enfrentar para assegurar novos avanços para a reforma agrária em Sergipe. “Mesmo diante de um cenário de dificuldades econômicas, nós precisamos encontrar caminhos para promover o desenvolvimento dos nossos assentamentos. Para isso, precisamos encarar desafios como o da regularização da situação ocupacional dos lotes, da garantia da prestação de assistência técnica continuada nos assentamentos e da execução de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento e melhorem a infraestrutura das áreas de reforma agrária”, afirmou.

Iniciado na última terça-feira (2), o “Coletivo de Políticas: Agrícolas, Agrária e Meio Ambiente” foi encerrado nesta quinta-feira, com debates que também tiveram como tema os créditos fundiários.

Jagunços atacam acampamento Sem Terra no Pará. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 09/08/2016.

Portando armas de grosso calibre como submetralhadoras e espingardas de repetição, o grupo sequestrou a senhora Marizita, professora do acampamento.

Na manhã de hoje (8), as famílias que vivem no acampamento Quintino Lira, município de Santa Luzia, foram atacadas por jagunços e pistoleiros.

Portando armas de grosso calibre como submetralhadoras e espingardas de repetição, o grupo sequestrou a senhora Marizita, professora do acampamento, e os trabalhadores Chico Vieira e Chico Perna.

Humilharam os trabalhadores e forçaram-nos a indicar os locais das roças e das plantações. Destruíram tudo e afirmaram que irão matar e "passar fogo em quem fosse trabalhar nas roças".

A Fazenda Cambará, atual acampamento Quintino Lira, é uma propriedade grilada. Está em posse do deputado federal Josué Bengtson (PTB) e de seu filho Marcos Bengtson. Este último é acusado de ter assassinado o trabalhador Valmeristo Soares, o Caribé, em 2010.

O Incra já deu parecer favorável à criação do assentamento, mas a área permanece sendo alvo de constantes conflitos. A direção do MST exige a prisão dos envolvidos na ação criminosa e o assentamento imediato das famílias.

Incra entrega título de terra e resolve demanda de mais de 40 anos em Paranhos/MS. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/08/2016

O superintendente do Incra em Mato Grosso do Sul, Humberto César Mota Maciel, entregou na manhã do último sábado (6) o título definitivo de posse para 26 famílias do reassentamento Cabeceira do Rio Iguatemi, no município de Paranhos, fronteira com o Paraguai.

Há oito anos, esses agricultores, que antes ocupavam parte da Terra Indígena Potrero Guassu, foram alocados no projeto de assentamento Beira Rio, recém criado pelo Incra, e aguardavam sua efetivação com a entrega dos títulos. A entrega do documento conclui

o compromisso assumido pelo Incra em 2006 de assentar os colonos e emitir-lhes títulos de propriedade, sem qualquer ônus.

“Com a entrega dos títulos aos reassentados, o Incra garante a eles a segurança jurídica da posse de suas parcelas e lhes dá condições de acesso a créditos para a produção”, enfatiza Maciel.

“Derramam nosso sangue para a plantação de milho, soja e criação de gado”, denuncia liderança indígena. Lizely Borges - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 10/08/2016.

Além das lutas diárias para reconhecimento da diversidade dos povos indígenas e combate à estigmas, as ações recentes dos Poderes de Estado intensificam as violações de direitos humanos destes povos

Povos indígenas e quilombolas, extrativistas, pescadoras e pescadores de vários estados do país participaram da atividade promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados em comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas, neste 09 de agosto, em Brasília-DF.

Povos Gavião, Krikati, Gamela, Guajajara, Kaingang, Guarani Kaiowá, Mbya, Pataxó Hã Hã Hã e Tupinambá oriundos do Maranhão, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Pará e Tocantins afirmaram que a data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) para visibilizar a importância e contribuição destes povos à sociedade serve, neste período de grave ameaça aos direitos sociais, como reafirmação de luta e resistência.

Para além da luta cotidiana por reconhecimento pelo Estado, pela história e pela sociedade, os 305 povos indígenas, falantes de 274 línguas (Dados IBGE), mal retratados ou ainda invisíveis nos livros escolares, nos veículos de comunicação e no debate público, enfrentam a mesma sorte de problemas e obstáculos para afirmação de direitos desde a colonização do país pelos portugueses: o não reconhecimento das suas contribuições à preservação do meio ambiente, a imposição de uma cultura branca e a atuação de setores conservadores para fragilização das suas identidades e diversidade cultural.

No entanto, segundo lideranças destes povos, neste período se impõe com mais força, a ameaça aos seus territórios pelas ações do governo ilegítimo em exercício, Michel

Temer, e pela atuação dos poderes legislativo e judiciário, poderes alinhados aos interesses de grupos vinculados ao agronegócio, à mineração e às empresas multinacionais.

“Nesta data queremos visibilizar que o respeito aos povos indígenas seja de fato realidade. Vivemos ainda a invisibilidade. Lutamos todo dia para mostrar que existimos. É dia de comemorar nossa existência, mas é dia de luta. Luta para que a política pública chegue à aldeia, para que sejamos vistos não como índios, mas como povos indígenas na sua diversidade. Quando atacam nossos direitos, atacam a vida. E o maior de todos os ataques que vivemos agora é a disputa pelo território”, relata a coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia Guajajara. Povos indígenas participam da audiência e denunciam a violência do Estado e a ofensiva do capital sobre seus territórios. Foto: Mídia Ninja

Ofensiva legislativa

Os povos indígenas e quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais apontam como gravíssima a ameaça ao direito ao território que materializa na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, de autoria de Almir Moraes de Sá (PR-RR), que transfere do Poder Executivo para o Legislativo a atribuição da demarcação de terras indígenas, a titulação de terras quilombolas e a criação de unidades de conservação ambiental.

Mesmo já declarada inconstitucional em 2004 pelo parecer do deputado Luiz Couto (PT- PE), então relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), a PEC foi reapresentada em 2012 pelo deputado Osmar Seraglio (PMDB-PR) e aprovada na CCJC. Dois anos depois, em 2014, o mesmo deputado apresentou um substitutivo à PEC 215, com novas emendas e a inclusão da possibilidade de reabertura de processos administrativos já finalizados. Sônia relata que em 2013 mais de mil indígenas ocuparam o Congresso para impedir a aprovação da PEC 215. "Este foi um marco histórico. Foi a primeira vez que o plenário teve a representação verdadeira dos povos brasileiros. Em 2014 conseguimos arquivar a PEC, mas ela foi retomada com a legislativo de 2015. A primeira medida deles foi desarquivá-la. Aprova-la é decretar a morte dos povos indígenas", salienta.

Segundo denuncia a coordenadora da APIB, essas ações fazem parte de um acordo no Congresso Nacional entre Executivo e Legislativo, foi uma das moedas de troca na votação pelo impeachment, assim como os projetos de lei da mineração, a flexibilização

do licenciamento ambiental para facilitar empreendimentos. A PEC 215 está sujeita à apreciação pelo Plenário a qualquer momento. “Vamos continuar fazendo a luta para impedir que venha a plenário”, complementa.

Como proposta de alteração da Constituição Federal, nos artigos 49 e 231, a PEC 215, para ser aprovada, necessita de voto favorável por três quintos dos deputados, em dois turnos. Ou seja, deve obter 308 votos em duas votações distintas. Depois de aprovada pela Câmara, a matéria segue em dois turnos no Senado. Ali precisa de votos de 49 senadores.

A medida não pode sofrer veto presidencial. A preocupação dos povos tradicionais com a ida da matéria ao plenário decorre pelo grande interesse de parte significativa do Congresso Nacional na apropriação destas terras. Como aponta a Agência A Pública, do total de 513 deputados federais, 207 são da bancada ruralista. No Senado o contexto é semelhante, dos 81 senadores cerca de 32 possuem estreitos vínculos com interesses do agronegócio.

As outras ações que Sônia se refere tratam-se do PL 654/15, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que flexibiliza o procedimento de liberação da licença ambiental para grandes empreendimentos de infraestrutura. Além dos fortes impactos ambientais, a medida é apontada pelos povos tradicionais, movimentos populares e especialistas como imposição da lógica econômica sobre a terra, a natureza e direitos sociais. Outra medida do Legislativo que preocupa os povos tradicionais é o PL 4059/2012, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Rural da Câmara de Deputados que libera, sem restrições, a aquisição de terras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras.

O assistente técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai), Gustavo Cruz, também destaca a ação articulada entre o Legislativo e Executivo no desmonte das estruturas de atendimento aos povos indígenas nestes quase cem dias de governo interino. A instituição sofre progressiva diminuição do orçamento público para cumprimento de funções, redução de corpo técnico e criminalização dos funcionários.

De acordo com Gustavo, a Funai possui 2400 funcionários. Seria necessário, pelo menos seis mil funcionários para atendimento adequado e cobertura nacional. “Na rotina diária nos colocamos na resistência. Temos três mil processos para acompanhamento por treze funcionários, pessoas trabalhando noite e dia, ameaças de morte, recebendo agressões tanto de órgãos públicos quanto privados”, denuncia.

Gustavo destaca ainda a atuação do capital internacional interessado na terra dos povos tradicionais por direito e defende que a CPI Inbra e Funai, com o indiciamento de lideranças de entidades de defesa dos povos e da própria Funai, é uma forma para fortalecer o campo político para aprovação da PEC 215.

Para Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, a ação da bancada ruralista na apropriação das terras dos povos tradicionais opera pela mesma lógica da ação contra os agricultores e a reforma agrária.

“É contra nós e contra as nossas lutas pela terra e pela biodiversidade que este governo golpista age. Sem-terra, povos indígenas e quilombolas, extrativistas e pescadores e pescadoras artesanais, precisamos nos unir na resistência conjunta contra este golpe de Estado gestado pelo golpista Temer e a este Estado brasileiro que quer institucionalizar o uso dos recursos naturais, da terra, para as empresas estrangeiras”, relata. Violência contra os povos

De acordo com o Relatório Conflitos no Campo 2015, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos envolvendo indígenas crescem progressivamente. Em 2008 foram registrados conflitos envolvendo 9,5 mil famílias na luta pela terra e para permanecer nela. Em 2015 o número é de 16,8 mil famílias indígenas.

O relatório Violência Contra os Povos Indígenas, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), registra o aumento de 130% no número de índios assassinados em 2014. Naquele ano 138 índios foram mortos. Em 2015 não há dados consolidados, mas as organizações de defesa de direitos dos povos indígenas apontam que o índice está em progressão.

O povo Guarani-Kaiowá é um dos mais vitimados pela ofensiva do latifúndio e agronegócio. “Derramam nosso sangue para a plantação de milho, soja e criação de gado”, declara a liderança indígena Eliseu Lopes Guarani-Kaiowá no evento.

Eliseu recorda o recente massacre em Caraapó, região sul do Mato Grosso do Sul, dia 14 de junho, em que um agente de saúde indígena foi assassinado e seis pessoas ficaram feridas, incluindo um adolescente indígena de 12 anos. “Todo dia sofremos ataque de grupos paramilitares. Querem tomar nossas terras e nos chamam de invasores. Os Guarani é o povo mais violentado pelos fazendeiros e grandes empresas. É um massacre todo dia. O que segura é a nossa resistência.”

A CDHM da Câmara esteve em missão em Caraapó. Segundo o presidente da Comissão, Pe João (PT-MG), foi encaminhado ao Ministro da Justiça do governo em

exercício, Alexandre de Moraes (PSDB-SP), um pedido para inclusão das lideranças da região no Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte. “Até hoje o ministro não nos recebeu e não foi feita a inclusão. O pedido foi feito há dois meses, isso mostra a serviço de quem ele está”, afirma.

Construção de resistência

As organizações, movimentos populares e povos tradicionais reforçam a necessidade de construção da resistência às ações adotadas pelos poderes constituídos e contra a ofensiva das empresas e latifúndio.

“A luta dos povos indígenas é também dos extrativistas porque somos formados da mesma transcendência”, afirma a vice-presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Edel Moraes.

“Não precisamos que ninguém valide a nossa identidade, eu tenho a minha família, gerações que validam. Projetos de morte como a PEC 215 tem que ser combatida. Não aceitamos esta compreensão. Os povos originários já estavam aqui quando as pessoas chegaram, construímos riqueza neste país e não desfrutamos nada, desfrutamos a sarjeta e a violência”, diz a representante da Articulação Nacional de Quilombos (ANQ), Maria de Fatima Batista Barros.

CPT denuncia mais um caso de assassinato no campo. - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).10/08/2016.

A ofensiva de grileiros contra famílias camponesas fez mais uma vítima no Tocantins

“Se eu me calar quem os defenderá? ”

A ofensiva de grileiros contra famílias camponesas fez mais uma vítima no Tocantins. Na última sexta-feira (5), Luís Jorge de Araújo, pai de família com 56 anos, membro da comunidade Boqueirão, foi executado em seu barraco, no município de Wanderlândia (TO). Testemunhas que presenciaram o momento do crime disseram que quatro homens armados chegaram ao local no início da tarde e efetuaram o disparo à queima roupa contra o trabalhador.

Em julho deste ano, a Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins (CPT) denunciou na imprensa regional e em audiência com a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) a onda de violência que assola o campo, com o acirramento das agressões dirigidas contra famílias em luta por terra nesta região norte do estado.

Desde o início de 2016 já haviam sido registrados cinco casos de ataques a diferentes comunidades por pistoleiros a mando de grileiros. Dentre eles, o assassinato de uma liderança da ocupação Gurgueia, no município de Araguaína, enquanto dormia em seu barraco, e um jovem baleado na mão, na ocupação rural denominada Capela, também em Wanderlândia.

Mesmo com a ampla divulgação do alastramento dos conflitos e da tensão que envolve a região, os órgãos competentes não conseguiram evitar esta morte já anunciada. Já circula na região uma lista apontando sete pessoas marcadas para morrer, entre lideranças comunitárias e representantes sindicais.

A fazenda Boqueirão trata-se de terras que pertencem ao patrimônio da União. A destinação prioritária de tais áreas públicas deveria, constitucionalmente, ser o atendimento às necessidades das famílias que precisam de terra para produzir seu sustento, o que implicaria uma ação firme dos órgãos públicos competentes.

Comprometida com a defesa intransigente do direito e da vida, especialmente dos mais necessitados, a CPT esteve em visita nesta terça-feira (9) à comunidade juntamente com o bispo da Diocese de Tocantinópolis, Dom Giovane, e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Wanderlândia. Na ocasião, Dom Giovane expressou solidariedade em nome dos bispos do Tocantins às famílias acampadas e aos parentes do Sr. Luís.

O agravamento dos conflitos e das violências no campo já resultou em 39 mortos este ano no Brasil, de acordo com dados parciais registrados pela CPT - em 2015 foram 50 assassinatos em todo o país. Diante deste cenário, vimos a público cobrar uma atuação imediata e firme por parte do Incra, do Programa Terra Legal, da Ouvidoria Agrária Regional e Nacional, da Delegacia Estadual de Repressão a Conflitos Agrários, do Ministério Público e dos demais órgãos competentes, para que as áreas em disputa sejam regularizadas e que os mandantes e executores do assassinato do Sr. Luís sejam identificados e punidos conforme previsto em lei.

Lamentando mais essa morte, matada pela ganância, a CPT e a Diocese de Tocantinópolis apresentam aos familiares do Sr. Luís e à sofrida comunidade de Wanderlândia – a primeira comunidade pastoreada por Padre Josimo – seus pêsames bem como votos de fé e firmeza em sua luta por Justiça.

Juventude Sem Terra realiza ocupação em Sergipe. Aniele Resende - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 11/08/2016.

Cerca de 80 famílias acampam no local, coordenadas pelo Coletivo Estadual de Juventude.

No último sábado (06), aconteceu, como parte da 7ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, uma ocupação de terra na fazenda São José, município São Cristóvão, em Sergipe. Cerca de 80 famílias acampam no local, coordenadas pelo Coletivo Estadual de Juventude.

O objetivo do acampamento é que seja um espaço prioritário para juventude e que seja um espaço de conquistas materiais, da conquista do lote, e também um espaço de formação e articulação política já que se localiza próximo à capital Aracaju.

O acampamento foi batizado de Emília Maria, em homenagem a memória da filha de dois companheiros militantes do MST no estado.

Emília Maria em vida fazia parte do Coletivo de Juventude do MST e era bem ativa na militância. Quem a conheceu guarda na memória a imagem da jovem alegre que ela era. "Essa é uma homenagem do coletivo de juventude para uma companheira que, se estivesse viva, com certeza estaria em mais essa tarefa com a gente", declara Ronaldo Pereira, presente na ocupação.

Incra aposta em novo modelo de aquisição de terras. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/08/2016

O Incra autorizou a aquisição para fins de reforma agrária de um imóvel rural que pertencia à Usina Bulhões, na Zona da Mata de Pernambuco. Conhecida como Engenho Várzea do Una e Engenho Poço Dantas, a propriedade fica localizada nos municípios de São Moreno e São Lourenço da Mata. No valor de R\$ 21 milhões, a compra se deu por meio de adjudicação e encerrou um impasse que já durava 15 anos, pondo fim a um longo histórico de disputas e conflitos entre os antigos proprietários e trabalhadores sem terra.

Na modalidade de aquisição por adjudicação, a propriedade rural foi utilizada para abater parte da dívida antiga da Usina Bulhões com a União. Este modelo representa um avanço importante para a implementação da Política Nacional de Reforma Agrária

(PNRA), já que promove a pacificação no campo, aumenta o estoque de terras para a criação de assentamentos, utilizando créditos que a União possui junto a devedores.

De acordo com o presidente do Incra, Leonardo Góes, a compra do imóvel é marca um novo estágio de implementação das políticas de reforma agrária:

– Utilizar a adjudicação para a aquisição de imóveis oferece grande vantagem. A União recupera recursos que lhe são devidos e o Incra tem a oportunidade de adquirir terra a um custo inferior para a criação de assentamentos. Já a sociedade ganha com a pacificação de conflitos e a implementação da política de reforma agrária. Em um ambiente de esforço fiscal do Governo Federal, o Incra dá a sua contribuição para a aplicação mais eficiente dos recursos públicos. Esta modalidade representa um novo impulso às ações da autarquia – explica Góes.

A área dos engenhos Várzea do Una e Poço Dantas abrigará um novo modelo projeto de assentamento, com lotes menores e produção estruturada, beneficiando cerca de 300 famílias. A propriedade está a apenas seis quilômetros da Ceasa de Pernambuco, o que facilitará a escoação da produção dos assentados para a Região Metropolitana do Recife, com cerca de 4 milhões de consumidores.

Góes lembra que a aquisição do imóvel ocorreu graças a um acordo com os proprietários da Usina Bulhões sobre o valor da propriedade. A saída encontrada evitou o prolongamento de uma disputa judicial que já se arrastava há anos. O presidente do Incra destaca que este caso reforça o papel do instituto como “mediador de conflitos no campo e instrumento indispensável da política de reforma agrária no país”.

A compra da área que pertencia à Usina Bulhões teve como base a experiência de aquisição da Fazenda Tingui, em Sergipe. Em 2014, Góes era o superintendente regional do Incra naquele Estado e, pela primeira vez na história da autarquia, utilizou o mecanismo da adjudicação para comprar um imóvel rural destinado à reforma agrária.

O caso da Fazenda Tingui é emblemático e demonstrou como a adjudicação pode ser utilizada para criar assentamentos com um custo menor. Em 2014, quando era superintendente em Sergipe, identifiquei a oportunidade de termos um mecanismo menos dispendioso para aumentar o estoque de terras do Incra no Estado. O sucesso daquela experiência aponta um novo caminho em termos de implementação das políticas voltadas à reforma agrária – salienta o presidente do Incra.

Em defesa da vida, MST realiza ato de abertura da 2ª Feira Estadual da Reforma Agrária. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).12/08/2016.

Com uma programação que vai até o sábado (13) e repleta de atrações culturais, o MST trouxe a música, as canções e os gritos de ordem que norteiam as lutas pela terra no Brasil.

Amar o campo, ao fazer a plantação,/não envenenar o campo é purificar o pão./ Amar a terra, e nela plantar semente,/a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.

Com as palavras desta canção do cantor e compositor Zé Pinto, o MST no estado da Bahia oficializou a 2ª Feira Estadual da Reforma Agrária na tarde dessa quinta-feira (11), durante Ato Político que envolveu diversas representações públicas e a sociedade soteropolitana.

Com uma programação que vai até o sábado (13) e repleta de atrações culturais, o MST trouxe a música, as canções e os gritos de ordem que norteiam as lutas pela terra no Brasil em seus diversos contextos históricos.

Segundo a direção do Movimento, a proposta inicial da Feira de trazer à sociedade o debate da agroecologia e ampliar as relações sobre as bandeiras defendidas pela organização em seus processos de luta se somou ao debate da comercialização e soberania alimentar como elementos táticos na construção de um novo projeto produtivo para o campo.

Estas questões apareceram diversas vezes nas falas realizadas no ato, em especial no posicionamento de Lucineia Durães, da direção estadual do MST, ao afirmar que quebrar os arames farpados significa romper com a ideia de subordinação.

Campo e cidade

Neste contexto, Djériz Bonfim, militante do Levante Popular da Juventude, pautou a unidade e reafirmou a necessidade da construção coletiva em defesa da Reforma Agrária Popular a partir do berço histórico que forjou o Levante.

“A gente não se criou fora da construção histórica do nosso país e nossa organização se coloca como instrumento político que pautou um projeto popular na sociedade e para isso, a democratização da terra é central e o diálogo é fundamental”, disse Bonfim.

Renata Rossi, superintendente de Política Territorial e Reforma Agrária da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), apontou a luta dos movimentos camponeses dentro da

legitimidade institucional ao falar das tarefas que cabem à secretaria no fortalecimento da Reforma Agrária.

“Para isso, nosso maior desafio é continuar ampliando os debates nos diversos setores, a fim de propor e construir uma sociedade igualitária. Essa é uma de nossas tarefas”, explicou.

Sujeitos

Pensando nisso, o secretário de desenvolvimento rural, Jerônimo Rodrigues, ao representar o governador Rui Costa (PT), falou dos sujeitos que lutam, plantam e colhem o alimento. “Por detrás do trabalhador tem um amplo processo histórico e representativo que precisa ser visto”, afirmou Rodrigues.

“Temos a tarefa de incentivar e fortalecer a produção de alimentos saudáveis para assim, desenvolver um campo que inclua e garanta o crescimento dos sujeitos é nossa função”, concluiu o secretário.

Alimentar é um ato político

Um dos grandes desafios, colocados pelo MST no estado, parte da ideia de pensar a agroecologia como ferramenta impulsionadora do diálogo com a sociedade. A Feira está colocada enquanto instrumento que aborde de maneira ampla as perspectivas produtivas e a necessidade da luta pela Reforma Agrária.

“Hoje, mais do que nunca, precisamos debater e envolver a sociedade. Nossa tarefa não é apenas comercializar. Nossa tarefa é dialogar. Mostrar as conquistas coletivas que a luta pela terra propicia”, afirmou Evanildo Costa, da direção nacional do MST.

Pensado como ato político, o debate da alimentação saudável está sendo o porta voz do Movimento à sociedade soteropolitana que “no primeiro dia de Feira levou para casa cerca de 20 toneladas de produtos”, destacou Costa.

Presidentes da CNA e do INCRA avaliam situação fundiária do País. – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 16/08/2016

A questão fundiária do país foi debatida entre o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Leonardo Goés Silva, durante audiência realizada nesta terça-feira (16/08), na sede da CNA. João Martins disse que a CNA está aberta ao diálogo e disposta a colaborar com o Incra na busca de soluções

para questões polêmicas, como as desapropriações de áreas destinadas à reforma agrária em “terras, muitas vezes, produtivas”.

João Martins lembrou que a CNA não é contrária à reforma agrária. Mas, segundo ele, não adianta apenas distribuir terras sem que o produtor tenha acesso à assistência técnica e financiamento apropriado. O novo Superintendente do Incra na Bahia, Helder Almeida de Souza, participou da audiência e ouviu do presidente da CNA relatos sobre problemas que envolvem notificações - para fins de reforma agrária -, em inúmeras fazendas produtivas em municípios baianos.

O presidente do Incra prometeu analisar as eventuais distorções e garantiu estar aberto ao diálogo para superar as divergências e os conflitos fundiários. João Martins lembrou o trabalho realizado em todo o país pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que, atualmente, leva assistência técnica a 35 mil produtores em todo o país.

MST realiza mobilizações em todo estado de Pernambuco. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 16/08/2016.

Convocada com o caráter de denunciar o ataque à democracia no país por meio do golpe no país, o MST denuncia o governo golpista de Michel Temer

Na manhã desta terça-feira (16) o MST realizou vários trancamentos de Rodovias no Estado de Pernambuco. As mobilizações começaram por volta das 07h da manhã e a partir das 10h algumas pistas começam a ser liberadas.

Foram bloqueadas as BR 101 no sentido Norte na altura do município de Goiana e no sentido Sul na altura do município de Escada. As BRs 408 em Pau D´alho e 232 em Moreno. Em Caruaru, a BR 104 Norte também foi bloqueada. Foram registradas ações nos municípios de Arcoverde, Brejo da Madre de Deus. Além dos trancamentos, os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra também ocuparam a sede do INCRA.

Convocada com o caráter de denunciar o ataque à democracia no país por meio do golpe no país, o MST denuncia o governo golpista de Michel Temer e exige o assentamento das famílias acampadas e das políticas de assistência à agricultura familiar.

Na tarde de desta terça-feira (16), ainda acontecerá uma mobilização unificada das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo com as Centrais Sindicais, na Praça da Independência, no Recife, a partir das 17hs.

Sem Terra reocupam latifúndio improdutivo no extremo sul baiano. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 16/08/2016.

A ação aconteceu sete dias após as famílias terem sido obrigadas a abandonar suas produções e seus lares devido a uma liminar de despejo expedida pelo juiz local

Na madrugada da última quinta-feira (11), cerca de 100 famílias Sem Terra reocuparam a fazenda Changrilá, de 1.400 ha, localizada no córrego Bom Sucesso, em Jucuruçu, no Extremo Sul da Bahia.

A ação aconteceu sete dias após as famílias terem sido obrigadas a abandonar suas produções e seus lares devido a uma liminar de despejo expedida pelo juiz local Rafael Siqueira Montoro.

O MST avalia que o método utilizado pelo poder judiciário não permitiu escutar a voz dos trabalhadores e trabalhadoras, além de fortalecer os mecanismos de opressão e exploração existentes na região.

Após despejo, o latifundiário Álvaro Pereira Filho, dono da área, mais conhecido como Alvino Paratodos, destruiu mais de 40 tarefas de produção de milho, feijão, mandioca, abóboras, tomate e hortaliças em geral.

Reforma Agrária na região

A área faz parte de um conjunto de fazendas improdutivas do latifundiário Álvaro Pereira, localizadas nos municípios de Itanhém e Jucuruçu.

Nesse sentido, os Sem Terra denunciam a omissão do poder judiciário e político da região frente às diversas denúncias realizadas desde 2015, referentes às irregularidades da área, sem que algo tenha sido feito.

Assentados alagoanos inauguram construção de casas em assentamento. Gustavo Marinho - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 17/08/2016.

No assentamento conhecido como Chico do Sindicato, das oito famílias, cinco receberam a chave de suas casas recém-construídas

Em clima de homenagem e celebração, famílias do assentamento Francisco de Souza, no município de Atalaia, Zona da Mata de Alagoas, inauguraram a construção das suas casas no assentamento pelo Programa Nacional de Habitação Rural.

No assentamento conhecido como Chico do Sindicato, das oito famílias, cinco receberam a chave de suas casas recém-construídas. De acordo com Ermany Dornelles, do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, entidade responsável pelo projeto de construção das casas, a conquista da moradia é um momento importantíssimo para as famílias do assentamento.

“Essa conquista é resultado do empenho de diversos parceiros, entidades e organizações que possibilitaram que hoje a habitação fosse algo real para a vida das famílias que aqui vivem. Representa muito mais que a saída do barraco de lona, é a expressão da realização de uma vida plena e digna no lugar onde escolhemos para viver”, disse Ermany.

Além dos diversos profissionais envolvidos na construção das habitações, estiveram presentes amigos do MST da cidade de Atalaia, familiares do Chico do Sindicato, além da presença de representação da superintendência do Banco do Brasil em Alagoas e da agência do município de Atalaia.

Segundo Alan Pais, da Superintendência do Banco do Brasil, a inauguração também é um momento gratificante para a instituição. “Esse é o primeiro empreendimento que o Banco do Brasil entrega no estado de Alagoas pelo Minha Casa Minha Vida Rural e olhar as casas e perceber a qualidade do que foi construído no assentamento é motivo de muita emoção”, afirmou.

Débora Nunes, da coordenação nacional do MST, destacou que a conquista das casas é mais um passo da luta dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra em Alagoas.

“O dia de comemoração só está sendo possível pelo processo de mobilização que as diversas famílias construíram, com as mobilizações e ocupações das agências, exigindo e pressionando a construção das nossas casas”, relata Nunes, que também é assentada no Chico do Sindicato.

Para a coordenadora do MST, o dia também foi um momento de reafirmar que o caminho para se seguir deve ser a luta. “Esse caminho nós aprendemos com a nossa história, em saber que os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras estão postos, mas eles não são garantidos se não estivermos em luta, pois é a luta e a organização que possibilita que as nossas conquistas avancem”, ressaltou Débora.

Reforçando a necessidade de fortalecimento e desdobramentos do Programa Nacional de Habitação Rural, Débora destacou ainda a importância do programa na garantia da habitação nas áreas de assentamento da Reforma Agrária.

“Estamos em um momento histórico em que os trabalhadores sofrem diversas ameaças aos seus direitos e o acesso à habitação é um deles. Precisamos seguir resistentes a essas ameaças, do mesmo modo que estivemos em luta pressionando para que pudéssemos conquistar nossas casas”, disse. “Moradia é um direito e continuaremos na luta para que ele seja garantido, sem burocracia e com mais agilidade”.

Chico do Sindicato

Francisco de Souza, conhecido como Chico do Sindicato, foi um sindicalista na cidade de Atalaia, que atuou no sindicato dos trabalhadores rurais e contribuiu na organização e na luta dos trabalhadores na ocupação das terras da antiga Usina Ouricuri, após sua falência. Chico foi assassinado em março de 1996 pelas mãos da elite de Atalaia e até hoje seu caso segue impune.

Para Cícero Albuquerque, professor da Universidade Federal de Alagoas, a grande elite atalaiense imaginou que o assassinato de Chico seria uma barreira nos processos de luta na cidade.

“Eles imaginavam que iríamos nos acovardar e em nossa história mostramos que a covardia não nos cabe. É gratificante termos em Atalaia um lugar lindo que traz essa homenagem ao nosso companheiro Chico. Lindo não apenas pela beleza do assentamento, mas por essa ser uma bela conquista do povo trabalhador”, salientou.

Débora Nunes destacou que esta homenagem para Chico do Sindicato no nome do assentamento é um reconhecimento do MST, “reconhecemos um companheiro que deu sua vida em nome da luta pela terra na região. Aqui em Atalaia, talvez a nossa principal tarefa seja vingar a elite desse município, em nossas lutas, ocupações e conquistas, além de mantê-la viva a em nossa memória e história”.

“Reafirmamos aqui nosso compromisso de seguir derrubando as cercas que por anos aprisionou nosso povo e cada cerca que derrubarmos será um momento de celebrar e nos colocarmos em luta”, conclui Nunes.

Moradores do primeiro assentamento coletivo de Alagoas recebem casas. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2016

Agricultores do assentamento Chico do Sindicato, no município alagoano de Atalaia, na Zona da Mata, receberam, na última terça-feira (16), as chaves das primeiras cinco

casas, de um total de oito que vão beneficiar as famílias da primeira área de reforma agrária coletiva de Alagoas.

Estiveram presentes na cerimônia de entrega representantes do Incra no estado, do Banco do Brasil, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de familiares de Francisco de Souza, trabalhador rural assassinado em 1996 e homenageado ao ter o nome pelo qual era conhecido dado ao assentamento.

As casas, com 92 metros quadrados de área, têm dois quartos, banheiro e área de serviço. Cada unidade teve um custo de R\$ 28,5 mil e foi construída em uma área de dois hectares destinada ao desenvolvimento de atividades produtivas. “Essa área foi pensada para ser um pomar familiar”, disse Débora Nunes, da coordenação nacional do MST, ao acrescentar que, para isso, as famílias deverão contar com outras modalidades de crédito do Incra, além do Apoio Inicial, que já receberam. Coletivamente, as famílias plantam inhame, batata doce, macaxeira, laranja e banana e também criam bovinos e ovinos.

Para Alan Pais, da superintendência do Banco do Brasil, a entrega é significativa por ser o primeiro empreendimento entregue no estado pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A superintendente substituta do Incra em Alagoas, Alessandra Costa, destacou a importância do recebimento das chaves por cada assentado: “São famílias que saíram da lona e hoje têm a casa para morar e a terra para produzir”.

A construção das três casas que ainda serão entregues ocorrerá a partir da liberação dos recursos pelo Banco do Brasil, já que os contratos foram assinados em julho.

O PNHR tem como público-alvo os agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais.

Presidente do Incra visita Rondônia para tratar de conflitos agrários. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2016

O presidente do Incra, Leonardo Góes Silva, e os diretores do autarquia, Ewerton Giovanni dos Santos e Rogério Papalardo Arantes, visitam Porto Velho (RO) nesta segunda-feira (22) para tratar de conflitos agrários em Rondônia e buscar soluções conjuntas com a comissão de conflitos agrários e demais instâncias do Poder Público.

Após reunião com os servidores do Incra/RO para conhecer a realidade da Superintendência do órgão no estado, a diretoria se reunirá às 9 horas com o governador Confúcio Moura, comissão de conflitos agrários, Programa Terra Legal, secretários, bancada parlamentar federal, deputados estaduais, Ministério Público estadual e federal e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no auditório do Palácio Rio Madeira - sede administrativa do Governo de Rondônia. No período da tarde atenderá os representantes dos movimentos sociais.

De acordo com o superintendente do Incra/RO, Cletho Muniz de Brito, os problemas agrários estão aumentando há anos, colocando Rondônia em primeiro lugar em mortes no campo, com um total de 106 áreas em conflito e cerca de oito mil famílias acampadas. “As soluções são complexas e dependem do comprometimento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de toda a sociedade, onde cada qual deverá dar sua contribuição para a solução definitiva”, avaliou.

O presidente do Incra dará início em Porto Velho a um programa de titulação de terras em projetos de assentamentos, realizando a entrega simbólica de cinco títulos definitivos da terra a famílias de agricultores do projeto de assentamento Joana D'arc, de Porto Velho, durante a reunião no Palácio Rio Madeira, representando uma primeira etapa de entrega de três mil títulos.

Na Bahia, Feira da Reforma Agrária comercializa mais de 80 toneladas de produtos. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 19/08/2016.

Foram três dias de diálogo permanente com a sociedade soteropolitana sobre a produção de alimentos saudáveis, agroecologia e a construção da Reforma Agrária Popular. Cerca de 5 mil pessoas passaram diariamente pela 2ª Feira Estadual da Reforma Agrária, na Praça da Piedade, em Salvador. O evento que aconteceu entre os dias 11 e 13 de agosto possibilitou que a sociedade soteropolitana conhecesse de perto os produtos dos assentamentos e acampamentos do MST no estado da Bahia.

Foram três dias de diálogo permanente com a sociedade soteropolitana sobre a produção de alimentos saudáveis, agroecologia e a construção da Reforma Agrária Popular. Para isso, mais de 150 itens foram oferecidos junto com a mística do MST, uma conversa sobre a produção de alimentos e atos políticos para se discutir a democratização da terra e as questões raciais.

Ao final foi contabilizada a venda de mais de 80 toneladas de produtos como: aipim, cebola, palmito, hortaliças, frutas e uma grande variedade de verduras. Sem contar o artesanato, os livros, os artigos com a simbologia do MST e claro, as cozinhas, que funcionaram todos os dias com pratos típicos de todo o estado.

Durante as noites artistas populares do cenário estadual e nacional animaram a Feira com samba de roda, ciranda, forró e afoxé. Para direção do Movimento, a programação cultural cumpriu o objetivo de construir mais um espaço de diálogo com a sociedade sobre a cultura produzida nas áreas de Reforma Agrária, colocando na ordem do dia a diversidade cultural que existe no campo e na cidade.

Agroecologia em defesa da vida

Um dos grandes desafios apontados na Feira foi a construção da agroecologia como instrumento político que garanta o desenvolvimento de um novo método produtivo para o campo brasileiro.

Elizabeth Rocha, da direção nacional do Movimento, pontua que na trajetória do MST sempre foi procurado construir uma proposta de Reforma Agrária que trabalhasse com a simbologia e a identidade dos camponeses e sua ligação com a terra.

“Discutimos com os assentados e acampados por compreendermos que eles possuem experiência no trato e no cultivo dos alimentos. Descobrimos que tem uma forma diferente de produzir e essa forma diferente é exatamente com base na agroecologia, porque nós queremos uma sociedade diferente. Pensando nisto, não podemos envenenar a produção. Ao contrário, precisamos cuidar para que a vida se reproduza com qualidade. A agroecologia propõe isso”, explicou.

A visão do MST é de que a produção de alimentos saudáveis realmente chegue para toda a população. No mundo há uma grande parcela desta população que ainda passa fome, enquanto outros concentram grandes extensões de terra.

“A diferença principal está no objetivo final. O nosso é alimentar o povo com qualidade e o agronegócio quer apenas lucrar, trazendo morte e a destruição da natureza e das pessoas”, destacou Rocha.

Ano que vem tem mais

O MST na Bahia avalia positivamente os processos e as relações construídas com a sociedade durante a Feira, reafirmados pela receptividade da população de Salvador que pautava a realização mensal de atividades com o mesmo caráter.

Pensando nisto, um dos grandes desafios colocados pelo Movimento no estado, parte da ideia de pensar a agroecologia como ferramenta impulsionadora deste diálogo permanente.

De acordo com Evanildo Costa, também da direção nacional do Movimento, “precisamos debater e envolver a sociedade. Nossa tarefa não é apenas comercializar, é dialogar, mostrar as conquistas coletivas que a luta pela terra propicia”.

Tendo estes elementos como base, a direção do Movimento afirmou que a Feira da Reforma Agrária será realizada anualmente e no decorrer do ano, as grandes regiões tem como tarefa, mobilizar a sociedade em torno da atividade nas cidades polos

Ruralistas querem recriar a CPI da Funai e do Incra, extinta nesta semana. Cristiane Sampaio. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 20/08/2016.

CPI é vista por movimentos sociais e parlamentares da oposição como tentativa de retirada de direitos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na demarcação de terras foi encerrada na última quarta-feira (19), sem ter produzido relatório final. No entanto, deputados da bancada ruralista da Câmara Federal vêm se articulando no sentido de prorrogar os trabalhos do colegiado.

Na noite de quarta-feira (19), o deputado Alceu Moreira (PMDB/RS) entregou na Secretaria-Geral da Mesa (SGM) um documento com a assinatura de mais de 200 parlamentares solicitando a extensão das atividades da CPI.

Nesta sexta-feira (19), a SGM devolveu o requerimento ao gabinete do deputado, argumentando que ele não estaria em consonância com as regras regimentais. Segundo informou o secretário-geral da mesa, Wagner Padilha, a parte principal da peça estava sem assinatura e sem autenticação, por isso ela não foi aceita.

De acordo com o Setor do Serviço de Comissões, o término de uma CPI por conta da finalização do prazo implica necessariamente na extinção da Comissão. Assim, a CPI da Funai e do Incra não poderia mais ser protelada.

Apesar disso, o regimento permite que uma nova CPI com o mesmo objeto seja criada. Para isso, seriam necessárias assinaturas de 171 deputados, número correspondente a 1/3 do total.

O Brasil de Fato entrou em contato com o gabinete do deputado Alceu Moreira (PMDB/RS) para esclarecer detalhes do pedido, mas foi informado de que o parlamentar não estaria disponível para entrevista nesta tarde.

A assessoria dele confirmou apenas que a solicitação feita à SGM era para prorrogar os trabalhos da CPI e indicou que novas articulações devem ser feitas pelo grupo na próxima semana.

Críticas

Para os deputados da oposição, a CPI evidencia o confronto de interesses que há no Congresso entre os parlamentares ruralistas e aqueles que lutam pelos direitos das comunidades rurais.

“É uma disputa de classes. A turma do agronegócio quer trancar a demarcação de terras de quilombolas e indígenas e qualquer processo de reforma agrária no país. Esse é o objetivo. Essa CPI não deu em nada que não tenha sido mais perseguição contra as entidades”, disse o deputado federal Marcon (PT-RS), suplente do partido no colegiado. Para o deputado Nilto Tatto (PT/SP), a instalação da CPI seria uma ação conservadora para criar mais empecilhos para a efetivação dos direitos dessas comunidades, na tentativa de criminalizar esses grupos e a causa política das demarcações.

“Sem dúvida, a CPI era um espaço pra intimidar e criminalizar os movimentos, numa estratégia de suprimir direitos que estão assegurados pela Constituição Federal. É preciso entender que isso vem de um grupo que tem força dentro do Congresso, e que esses deputados são proponentes de vários projetos de lei que vão nessa linha de acabar com direitos”, destacou.

Na visão dele, a CPI tinha ainda o propósito de criar um ambiente favorável para levar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00 a plenário. A PEC, que tramita atualmente na Câmara, objetiva transferir do Executivo para o Legislativo a competência sobre a demarcação de terras indígenas.

Diversos movimentos que lidam com a causa já se pronunciaram contra a proposta. Para eles, a PEC representa uma ameaça porque deixaria a população indígena ainda mais vulnerável às manobras políticas conduzidas pelos grupos conservadores que dominam as casas legislativas federais.

“Com um Congresso como esse que temos aí, seria um risco muito grande, tanto no sentido de paralisar as demarcações quanto no sentido de rever o que foi demarcado, colocando em risco direitos já conquistados”, acredita Tatto, que coordenou a bancada do PT na CPI. O colegiado tinha seis parlamentares da legenda.

“Ilegalidades”

Ao comemorar a extinção da CPI, o deputado Nilto Tatto (PT/SP) teceu críticas à bancada ruralista representada no colegiado, afirmando que os seus componentes teriam abusado de “procedimentos internos ilegais” na execução dos trabalhos.

“Eles tinham ampla maioria e se aproveitavam para cometer arbitrariedades, incluindo, por exemplo, a aprovação de diligências nas comunidades indígenas sem conhecimento do conjunto dos membros da CPI. Cabe ressaltar que isso só poderia ser feito também com aviso prévio às comunidades e com o acompanhamento da Funai, o que não ocorreu”, narra Tatto.

Essas e outras atitudes dos ruralistas vivaram motivo de disputa judicial no Superior Tribunal Federal (STF), ao qual a bancada da oposição recorreu para questionar os procedimentos. Uma das vitórias obtidas foi uma decisão proferida pelo Supremo desautorizando a quebra dos sigilos bancário e fiscal de uma série de organizações e lideranças indígenas, incluindo a Associação Brasileira de Antropologia e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

“Eles aprovaram um requerimento pra quebra dos sigilos sem base nenhuma, aí nós entramos com um mandado de segurança e o STF nos deu ganho de causa, reconhecendo que não havia justificativa para isso”, explica o deputado, acrescentando que membros do PSOL e do PSB também assinaram o pedido. A liminar do STF foi expedida no final de julho.

Tatto interpreta a extinção da CPI como uma derrota da bancada ruralista, alcançada não só pela atuação parlamentar, mas pelos movimentos sociais que se mobilizaram nesse sentido. “Não podemos deixar de reconhecer o protagonismo deles”, salientou.

No entanto, com as novas articulações dos parlamentares ruralistas, a oposição entende que o momento pede atenção no sentido de lutar pela preservação de direitos. “Eles têm

uma bancada forte, bem estruturada, organizada e muito focada na defesa do agronegócio, por isso sabemos que precisamos ficar atentos”, finalizou Tatto. Os ruralistas contam com cerca de 160 parlamentares na Câmara Federal.

Polêmicas

Criada em novembro do ano passado para apurar a atuação da Funai e do Incra na demarcação de terras indígenas e quilombolas, a Comissão tinha inicialmente um prazo de 120 dias, que foi prorrogado duas vezes por 30 dias durante a gestão do deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) na presidência da Casa, em decisões monocráticas do peemedebista.

O primeiro sucessor interino de Cunha, Fernando Giacobbo (PR-PR), decidiu estender os trabalhos por 60 dias, mas, em seguida, o então presidente interino, Waldir Maranhão (PP-MA), diminuiu o prazo para 30 dias.

O atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao se eleger, concordou em manter a finalização dos trabalhos em 60 dias, também em um despacho monocrático, portanto, sem consultar o plenário da Casa. Como resultado dessa sequência de decisões, o cronograma da CPI se encerrou na última quarta-feira, dia 17.

Nas últimas semanas, o assunto colocou Maia num fogo cruzado em meio às pressões multilaterais de deputados ruralistas, opositores e movimentos indígenas. Em reunião ocorrida na semana passada, o presidente se comprometeu com parlamentares ligados ao PT e lideranças indígenas no sentido de não estender novamente os prazos.

Frei Sérgio: Atualidade da Reforma Agrária. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 19/08/2016.

"A Reforma Agrária é apenas uma necessidade dos camponeses, mas sim, de toda nação"

A Reforma Agrária é uma necessidade nacional para os que pensam o desenvolvimento brasileiro com justiça social, equilíbrio ambiental e distribuição racional da população no espaço geográfico do país.

As razões são muitas. É impossível quitar a dívida social da Nação e propiciar condições dignas de vida à maioria de nossa população sem extirpar o câncer do latifúndio. A concentração da terra e a exclusão camponesa – com uma de suas mais

perversas consequências que é o êxodo rural desordenado – estão na raiz, na causa estrutural da situação de miséria que desgraça milhões de brasileiros.

Entre outras razões, ligadas ao futuro da humanidade, estão a agenda ambiental e a substituição dos combustíveis fósseis. Os sistemas camponeses de produção são mais aptos e mais flexíveis para incorporar tecnologias ambientalmente sustentáveis, através das múltiplas possibilidades de rotação de culturas, sistemas integrados de policultivos, combinação de produção vegetal com produção animal, sistemas agroflorestais, redução da dependência de insumos externos, utilização de mecanização leve e multifuncional, com as devidas multiplicações de benefícios advindos do aumento da biodiversidade que este modelo de produção agrícola e pecuário propicia. Na contramão, o agronegócio latifundiário, vive um círculo vicioso combinado de esgotamento tecnológico, multiplicação de pragas fruto das monoculturas, destruição ambiental, desequilíbrio hídrico, aumento de custos, controle monopolístico dos insumos e das tecnologias, insumos externos dependentes do petróleo e sistemas tecnológicos rígidos ou de baixa flexibilidade.

A consciência ambiental da sociedade crescerá na perspectiva de exigir a substituição do agronegócio latifundiário por sistemas de produção camponesa agroecológicos. E para isso, uma premissa básica é a realização de uma ampla Reforma Agrária.

Além disso tudo, quando falam em “porta de saída” de programas assistenciais como o bolsa família, num país com tanta terra disponível, não se encontrará meio melhor de geração de postos de trabalho, inclusive urbanos, com a dinamização do consumo, do que através de uma massiva reforma agrária.

Uma verdadeira, massiva, organizada e planejada reforma agrária servirá também para a reorganização urbana de que o país precisa, eliminando a pressão do êxodo sobre os grandes centros urbanos e criando novas cidades onde hoje existem vazios demográficos.

Enganam-se os que sinceramente pensam que a Reforma Agrária é tema do passado. Querem enganar os que, por interesses de classe, tentam descartar a Reforma Agrária como necessidade nacional.

Reforma Agrária acompanhada de desenvolvimento cooperativo e das mais variadas formas de produção camponesa familiar são alicerces para um futuro de que todos precisamos, com justiça social, cuidado com o meio ambiente e alimentos saudáveis.

Mais que manter-se atual, a Reforma Agrária é mais necessária que nunca.

Incra/BA convoca agricultores para regularizar situação em lotes de assentamentos. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 22/08/2016

A superintendência regional do Incra na Bahia convoca 436 agricultores e agricultoras da reforma agrária para justificarem ausências nos lotes. O objetivo é regularizar a situação ocupacional de 70 assentamentos rurais, situados em 42 municípios baianos.

Os citados no edital publicado, dia 22 de agosto, podem acessar o endereço eletrônico www.incra.gov.br/ba e clicar no banner “Beneficiários notificados por abandono de lote na Bahia”. Lá, encontra-se a lista, por assentamento, dos beneficiários que precisam apresentar defesa junto ao Incra/BA. As alegações serão analisadas caso a caso.

Os que não se manifestarem serão excluídos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), desse modo, perdendo o direito ao lote. Os convocados devem dirigir-se a Divisão de Desenvolvimento do Instituto, na Avenida Ulisses Guimarães, 640, Sussuarana, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador (BA). Mais informações pelo telefone (71) 3505-5362.

A ação tem como base a Instrução Normativa nº 71, que determina que as ausências do lote da reforma agrária, por mais de 90 dias, devem ser comunicadas ao Incra.

Além do endereço eletrônico www.incra.gov.br/ba, cartazes com os nomes dos convocados estão sendo distribuídos para prefeituras e sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios onde estão situados os assentamentos com questões ocupacionais pendentes.

Os convocados são de 18 territórios de identidade espalhados pelo estado da Bahia. O Sudoeste é a região com maior número de beneficiários convocados, em 21 áreas de reforma agrária com problemas ocupacionais apresentando 253 agricultores citados.

Só o município de Vitória da Conquista possui 14 assentamentos com beneficiários convocados. O restante está nos municípios de Barra do Choça, Encruzilhada, Cordeiros e Mirante.

Já os territórios de identidade do Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul somam 11 assentamentos em que há beneficiários que necessitam regularizar a sua situação no lote. Eles estão localizados, respectivamente, nos municípios de Wenceslau Guimarães, Igrapiúna, Ituberá, Arataca Camacan, Ibicaraí, Itacaré e Uma, além de Mucuri e Prado.

No Velho Chico e Oeste do estado se encontram outras nove áreas de reforma agrária com questões ocupacionais pendentes que estão nos municípios de Angical, Barreiras e Riachão das Neves, Barra, Carinhanha, Serra do Ramalho e Sitio do Mato.

Os demais convocados estão em assentamentos localizados nos territórios de identidade da Bacia do Jacuípe, Chapada Diamantina, Irecê, Litoral Norte, Médio Sudoeste, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Norte do Itapicuru, Portal do Sertão, Semiárido Nordeste II, Sisal e Região Metropolitana.

Terra de estrangeiros. Denise Lerrer Rosenfeld – Site O Globo. 22/08/2016

Dentre os inúmeros anacronismos legados pela herança petista, um deles é ilustrativo por exemplificar os preconceitos que se tornaram correntes contra o capital em geral e, em particular, contra o estrangeiro. Nada aqui é ocasional, pois o peso ideológico terminou se traduzindo por limitações severas ao investimento estrangeiro na aquisição de terras no País.

Aparentemente, é como se o interesse nacional estivesse assim preservado, a partir, evidentemente, de uma posição preconcebida de que ele estaria ameaçado. Ameaçado por quem? Por empresas que investem no Brasil, gerando empregos, pagando impostos e contribuindo para o crescimento do PIB? Qual é o fantasma?

Os instrumentos utilizados pelos governos petistas foram dois pareceres, um de 2008 e outro de 2010, que revogaram, por sua vez, pareceres anteriores, de 1994 e 1997. Estamos diante de atos administrativos que abruptamente modificaram toda uma legislação anterior, produzindo enorme insegurança jurídica.

O cerne da discussão terminou se reduzindo à equiparação anterior (pareceres de 1994 e de 1997) de empresas brasileiras de capital estrangeiro a empresas brasileiras de capital nacional, tornadas essencialmente distintas pelos pareceres de 2008 e 2010. Uma posição viabilizava o investimento estrangeiro no Brasil, tornando atrativos a agropecuária e o agronegócio – aliás, o agronegócio acabou se transformando num setor que muito contribuiu para o avanço da economia nacional. A outra teve como desfecho inviabilizar o investimento estrangeiro, tornando-se um fator de mero atraso.

Para ter uma ideia, quando dos pareceres petistas, falava-se que entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões deixaram de ser investidos no País. Considerando a necessidade de

alavancagem do capital estrangeiro para o crescimento da economia nacional, tem-se uma melhor noção dos prejuízos, hoje provavelmente maiores.

Os pareceres petistas são preciosidades de manipulação ideológica. Entre as “justificativas”, constam algumas que deveriam fazer parte do besteiro produzido pelos “movimentos sociais”, capitaneados pelo MST.

Chega a ser inacreditável que um grupo que se caracteriza pelo desrespeito ao Estado Democrático de Direito tenha sido alçado à posição de interlocutor privilegiado de toda uma legislação infraconstitucional. Um autointitulado movimento social que emprega sistematicamente a violência na invasão de propriedades privadas e órgãos públicos se torna artífice da elaboração de pareceres. Há algo de muito errado aí!

Dentre as pérolas, algumas merecem especial destaque. Seu objetivo consistiria em assegurar a segurança alimentar, como se o Brasil vivesse no limite da autossuficiência ou fosse importador. Isso ocorreu nos anos 1970, antes da pujança da agropecuária e do agronegócio brasileiros, que alçaram o País à posição de um dos maiores exportadores de alimentos. O Brasil contribuiu decisivamente para a redução da fome no mundo!

O mundo globalizado já não comporta entidades autárquicas isoladas do mundo – salvo se o objetivo for a miséria e a pobreza. As cadeias produtivas são internacionais, assim como o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico.

Assinale-se, a respeito, que o Brasil é um país de ponta nesses setores. O que o MST e movimentos afins temem é a ciência e a tecnologia, pois, para eles, o País deveria regressar a uma etapa camponesa e pré-capitalista, identificada, sabe-se lá por quê, com uma forma de socialismo. Deveriam transferir-se para a Venezuela, Cuba ou Coreia do Norte, sem direito a retorno. Dariam uma enorme contribuição para o progresso do País. Outra amostra ideológica consistiria em que a aquisição de terras por estrangeiros seria feita com recursos oriundos da lavagem de dinheiro, do tráfico de drogas e da prostituição, como se estrangeiros fossem criminosos potenciais ou efetivos. Tal invencionice exhibe apenas o uso da mentira para fazer que o espírito anticapitalista ou anti-imperialista prevaleça.

Como não poderia deixar de ser, o corolário de tal cadeia de pseudoargumentos seria o aumento do valor dos imóveis, que prejudicaria a reforma agrária! Ora, os assentamentos da reforma agrária já são superiores a 60 milhões de hectares, sem nenhum resultado efetivo. Jamais os governos petistas fizeram uma avaliação de sua

produtividade e de seus efeitos sociais. Tornaram-se, muitos deles, apenas favelas rurais.

Hoje se sabe que as fraudes nesses assentamentos se multiplicam, os assentados abandonam ou vendem ilegalmente os seus lotes e todos ficam dependentes do MST e de seus agentes, que assim os controlam. Não há titulação dos assentados, de modo a eles poderem tornar-se proprietários, que dessa forma se inseririam em todos os benefícios da agricultura familiar. Permanecem uma clientela política.

Ora, os parecez petistas sobre aquisição de terras por estrangeiros continuam vigentes e são um poderoso obstáculo à vinda de capitais estrangeiros para as mais diferentes áreas, do setor florestal e de celulose ao de energia, passando, entre outros, pelos de etanol e biocombustíveis, além da questão do financiamento rural pelas tradings.

O presidente Michel Temer já se manifestou favoravelmente a uma mudança no setor, mostrando que o País vive uma nova era, aberta ao mundo e à captação de investimentos estrangeiros. Neste período de transição, que deve agora chegar ao seu término, a Advocacia-Geral da União, consoante com essa orientação, sob a liderança do dr. Fábio Medina Osório, realiza os estudos necessários a modernização dessa legislação. O diálogo tem sido a sua pauta.

O seu aprimoramento certamente se traduzirá por uma abertura do País ao investimento estrangeiro, voltando a equalizar as empresas brasileiras de capital estrangeiro a empresas brasileiras de capital nacional. Urge que tal mudança se faça, pois só assim o País retornará ao que pode simplesmente ser considerado bom senso. Acontece que temos vivido na insensatez.

Titulação de lotes ganha novo impulso em Rondônia. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/08/2016

O Incra e o Governo de Rondônia iniciaram negociação para intensificar as ações de titulação de lotes em assentamentos no estado. Em reunião ocorrida na segunda-feira (22), no Palácio do Governo, em Porto Velho, o presidente da autarquia, Leonardo Góes, e o governador Confúcio Moura discutiram as prioridades locais para a reforma agrária, com foco em medidas que reduzam os conflitos pela terra na região. O encontro contou ainda com a participação do presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, Maurão de Carvalho, além de deputados estaduais e federais.

O presidente do Incra reafirmou o compromisso de concentrar esforços na titulação, tendo como meta a emissão de 250 mil títulos para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) até o fim de 2017. Rondônia, Mato Grosso e Roraima são os estados escolhidos para iniciar esta nova etapa da política agrária no país.

“Há seis anos não ocorre a entrega de títulos. Chegou o momento de implementarmos esse importante instrumento da política de reforma agrária. Em Rondônia, a titulação trará maior segurança jurídica para os assentados e abrirá novas modalidades de acesso ao crédito. Além disso, tal medida reduzirá consideravelmente o número de conflitos agrários. Aqui, há 106 áreas ocupadas e o Estado lidera o ranking de mortes no campo (com 25 pessoas assassinadas). Precisamos reverter esse quadro. O Incra já trabalha na elaboração de um novo normativo, que vai agilizar a titulação”, ressaltou Góes.

Após a reunião entre o governador e o presidente do Incra, houve uma solenidade para marcar o início do processo de titulação no estado. Moura e Góes fizeram a entrega simbólica de títulos de uso para cinco famílias do assentamento Joana D'Arc, em Porto Velho. Ao todo, três mil lotes em assentamentos no estado receberão o documento.

Segundo Moura, a história de Rondônia está diretamente ligada ao Incra. Dos 52 municípios do Estado, 50 foram criados a partir de projetos de colonização e de assentamento. Ele destacou que o governo estadual e a autarquia devem unir esforços no sentido de garantir o título de uso da terra a todos os beneficiários da reforma agrária.

“Além do aspecto da pacificação dos conflitos no campo, a titulação representará a segurança jurídica para quem trabalha na terra. Os ganhos também logo serão sentidos no desenvolvimento econômico do Estado. Queremos tirar Rondônia da triste posição de líder do ranking de mortes decorrentes de disputas por terra. Para isso, contamos com a colaboração do Incra. Estabelecer uma parceria entre o governo estadual e a autarquia significará um importante passo para o nosso desenvolvimento econômico e social” explicou Moura.

Góes disse que o Incra vem dando especial atenção à questão agrária em Rondônia. Para encaminhar ações articuladas no Estado, o presidente da autarquia levou ao Estado os diretores de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, Ewerton Giovanni dos Santos, e de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Rogério Papalardo Arantes. Eles participaram de reuniões de trabalho com técnicos da Superintendência Regional de Rondônia (SR-17), representantes dos assentados e lideranças dos movimentos sociais e sindicais do campo.

Os servidores do Incra em Rondônia se encontraram com Góes, durante a viagem, e apresentaram um quadro das necessidades da autarquia no estado. A principal demanda diz respeito à necessidade de reposição do quadro técnico do instituto em função do grande número de pedidos de aposentadoria. As áreas mais afetadas são aquelas referentes às ações de supervisão ocupacional.

O presidente do Incra elogiou o esforço dos servidores da regional e reforçou a importância da titulação para a implementação da política de reforma agrária em Rondônia. “Entramos em uma fase na qual a expertise do corpo técnico do Incra é indispensável. O processo de titulação também é uma forma de reconhecimento do esforço do assentado em cumprir as exigências feitas no momento da concessão do lote. Para que esse processo tenha êxito, contamos com a dedicação do corpo técnico, que é uma das marcas registradas da instituição.”

Em 8 anos, 16 trabalhadores rurais foram assassinados no Paraná. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 23/08/2016.

Acusado de matar Sebastião Camargo com um tiro na cabeça, o ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Marcos Prochet, irá a júri popular em Curitiba no próximo dia 25

O assassinato de Sebastião Camargo, em 1998, não foi um caso isolado. O crime se dá num contexto de intensificação da repressão aos movimentos sociais de luta pela terra no Paraná, endossada pelo então governador Jaime Lerner, o “Arquiteto da Violência”. Entre os anos de 1994 e 2002 – primeiro e segundo mandatos de Lerner – 16 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados no Paraná.

Esse foi o primeiro de uma série de homicídios praticados com o envolvimento de milícias armadas. Acusado de matar Sebastião Camargo com um tiro na cabeça, o ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Marcos Prochet, irá a júri popular em Curitiba no próximo dia 25. O julgamento do latifundiário é emblemático: essa será a segunda vez que um ruralista vai ao banco dos réus pela morte de um trabalhador sem terra.

No período em que o Paraná foi governado por Jaime Lerner, o estado registrou, além dos 16 assassinatos de sem terra, 516 prisões arbitrárias, 31 tentativas de homicídio, 49

ameaças de morte, 325 feridos em 134 ações de despejo e 7 casos de tortura, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Uma característica em comum nestes casos é a demora injustificada e falta de isenção nas investigações e processos judiciais. Exemplo disso, o Inquérito Policial que investigou o assassinato de Camargo demorou mais de dois anos para ser concluído e o primeiro júri no caso foi realizado 14 anos depois do crime.

Em apenas dois, dos 16 casos, houve condenação: em 2011, Jair Firmino Borracha foi condenado pelo assassinato de Eduardo Anghinoni; em 2012, 2013 e 2014, respectivamente, Teissin Tina, Osnir Sanches, Marcos Prochet e Augusto Barbosa foram condenados pela morte de Sebastião Camargo. Até o momento, porém, nenhum deles foi preso. Prochet conseguiu anular, em 2014, o júri que o condenou e deve ir novamente a julgamento na quinta-feira próxima.

Milícias armadas

A ação de milícias armadas aparece como uma constante nas investigações dos despejos violentos e assassinatos por conflitos de terra no estado. Valmir Motta de Oliveira, conhecido como Keno, foi morto por pistoleiros em 2007, quando o MST ocupou a área da empresa Syngenta, em Santa Tereza do Oeste, para denunciar a transnacional pela realização de testes ilegais com transgênicos nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu. No Boletim de Ocorrência feito pela Polícia Militar, os pistoleiros informaram que foram contratados pelo Movimento de Produtores Rurais e a Sociedade Rural de Cascavel.

A condenação de Borracha foi a primeira relacionada a milícias armadas no Paraná, apesar do acusado ter negado em juízo a participação em grupos ilegais. Marcos Prochet esteve presente no julgamento, ao lado da família de Borracha, e na época declarou ao jornal Folha de S. Paulo que acreditava na inocência do pistoleiro.

A UDR também está diretamente relacionada a diversos assassinatos de trabalhadores sem terra no Paraná durante a década de noventa. Estima-se que quase cem pessoas – entre pistoleiros e autoridades da região – tenham participação no assassinato de Sebastião Camargo, apesar de não terem sido denunciadas.

Somente no Paraná, a UDR já respondeu oito ações perante a Justiça do Trabalho, movidas por “seguranças”, antes pistoleiros de milícias privadas, reivindicando pagamentos por serviços de “proteção” prestados a membros da entidade. A existência de provas contra os ruralistas do estado, entretanto, nunca garantiu justiça para os

trabalhadores do campo. Os mandantes dos crimes raramente constam nos processos, o que evidencia de modo incontestado a seletividade do sistema penal brasileiro.

Violência que se repete

Além da falta de solução para os casos ocorridos na década de 1990, trabalhadores rurais sem terra continuam sendo assassinados.

Em abril deste ano, a Polícia Militar do governo Beto Richa matou dois trabalhadores sem terra do acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu (PR). O massacre que vitimou Vilmar Bordim e Leonir Orback foi protagonizado por agentes de grupos especiais da PM e seguranças privados da empresa Araupel.

Os assassinatos foram denunciados pela Terra de Direitos à Organização das Nações Unidas (ONU) em documento onde pede que se transmita ao governo brasileiro o pedido de investigações imparciais e medidas para evitar novas violações. O caso segue na justiça com possibilidade de ser investigado pela própria Polícia Militar, violando disposição expressa da Constituição Federal, que assegura a competência do júri para julgar os crimes praticados por militares contra civis.

Condenação internacional

O assassinato de Sebastião Camargo foi denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2000, pela demora injustificada no andamento do processo. Apesar do amplo material levantado acerca do assassinato, o processo criminal permaneceu em fase de instrução inicial e vários crimes prescreveram pela demora da investigação.

Em 2009, a CIDH apresentou na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) o relatório de mérito do caso do assassinato do trabalhador rural Sebastião Camargo. A CIDH apontou a necessidade de uma investigação imparcial e efetiva do crime e acusou o Estado brasileiro de não cumprir disposições da Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

Outros casos que tramitam na CIDH são os de assassinato de Antonio Tavares Pereira (2003) e Sétimo Garibaldi (1998). Em 2009, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA condenou o Estado Brasileiro pela morte de Garibaldi. Mesmo assim, o caso segue com o inquérito policial arquivado.

Sem Terra participam da Jornada Nacional da Juventude Sem Terra no RS. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).23/08/2016.

Em debate, os educandos pautaram a produção de alimentos saudáveis, o golpe à democracia brasileira e a criminalização dos movimentos populares

Cerca de 40 estudantes Sem Terra da Escola Estadual Joceli Corrêa, localizada no Assentamento Rondinha, em Joia (RS) participaram na última sexta-feira (19), da Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, que este ano tratou da alimentação saudável e teve como lema "Você tem fome de quê?".

Os jovens foram provocados a refletir sobre o futuro de seus assentamentos, o tipo de diálogo que estabelecem dentro de suas casas, as perspectivas das famílias camponesas assentadas e a permanência na agricultura.

Dentre os temas debatidos os educandos pautaram a produção camponesa, o golpe à democracia brasileira, a criminalização dos movimentos populares e a prisão de militantes Sem Terra, além do papel da escola e a influência da mídia na formação de opinião da juventude.

A atividade contou com o apoio de educadores e foi realizada com as turmas do 1º, 2ª e 3ª ano do Ensino Médio e alunos do Ensino Fundamental.

MST recebe Lula no maior assentamento do Brasil. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).23/08/016.

Em defesa da Reforma Agrária e da democracia, ex-presidente participa de ato no Assentamento Itamarati, em Mato Grosso do Sul

Com a presença de diversas autoridades, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza nesta quarta-feira (24) no Mato Grosso do Sul Ato Nacional em Defesa da Democracia e da Reforma Agrária, recebendo o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. O local não poderia ser mais simbólico: o maior assentamento do país, Itamarati, território onde vivem mais de 17 mil camponeses.

O complexo formado por três assentamentos, criados a partir de 2003, fica localizado próximo à cidade fronteiriça de Ponta Porã (324 km da capital Campo Grande). Após um almoço fechado com autoridades, militantes e caciques indígenas, o ex-presidente participa de um ato público no núcleo urbano do Distrito Itamarati. A celebração com simbologia Sem Terra se inicia a partir das 14h30.

A presença do ex-presidente é um contraponto ao processo de quebra democrática que vive hoje o país, apontando para um futuro de lutas em defesa da vontade popular e da Reforma Agrária. O próprio assentamento, que hoje está em vias de se tornar um distrito de Ponta Porã, é a mostra viva de que a Reforma Agrária, quando encarada como política séria, dá certo e transforma a vida das famílias.

“O presidente Lula optou junto com o MST por vir ao Itamarati primeiro porque é um grande complexo, o maior do país. Mas, sobretudo, porque desde o princípio ele constituiu o Itamarati” explica Marina Nunes, da direção nacional do MST.

Segundo o militante, Jonas Carlos da Conceição, da direção nacional do MST, a principal ligação dele com essa área é que “foi o próprio Lula quem idealizou o processo que retirou a posse que se concentrava nas mãos de apenas um latifundiário e proporcionou o assentamento de mais de três mil famílias”.

Para os militantes, o grande peso da região vai além da extensão territorial, mas está no tipo de desenvolvimento trazido com a Reforma Agrária Popular. “Além de ser o maior assentamento rural da América Latina, com mais de 17 mil pessoas vivendo em seu território, é um símbolo na produtividade, na educação do campo e no desenvolvimento e vida digna para a comunidade que aqui vive”, conclui Marina.

O Assentamento Itamarati foi criado em 2003 a partir da luta dos trabalhadores em articulação com o governo do ex-presidente Lula. Abriga cinco escolas públicas que atendem mais de 3100 estudantes filhos e filhas de assentados. A área de 57 mil hectares já chegou à posição de maior produtor de soja do país entre as décadas de 70 e 80.

Hoje, com diversos lotes de usufruto coletivo da terra, é referência na região para produção de alimentos saudáveis, tais como grãos, tubérculos, hortaliças, piscicultura, gado de corte e leiteiro e outros, que são comercializados localmente ou através de programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

Acampamento Sebastião Camargo dá continuidade à luta de trabalhador sem terra assassinado. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 24/08/2016.

Os moradores do acampamento Sebastião Camargo, sabem que a luta pela terra não é fácil. Mas são inspirados por lutadores e lutadoras que dedicaram a vida defendendo a efetivação de direitos constitucionais

Os moradores e moradoras do acampamento Sebastião Camargo, em São Miguel do Iguaçu, sabem que a luta pela terra não é fácil. Mas são inspirados por diferentes lutadores e lutadoras que, ao longo dos anos, dedicaram a vida defendendo a efetivação de direitos constitucionais.

O homem que dá nome ao acampamento é uma dessas inspirações. Assassinado em 1998, aos 65 anos, Sebastião Camargo foi um trabalhador – dentre tantos – que, sem terra própria para plantar, trabalhou para arrendatários. Passando dificuldades financeiras, e querendo ter um lugar para morar e produzir com a família, ingressou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Foi morto com um tiro na cabeça durante um despejo ilegal, na cidade de Marilena, noroeste do Paraná.

Acusado de matar Sebastião Camargo, o ex-presidente da União Democrática Ruralista, Marcos Prochet, irá a júri popular no próximo dia 25, em Curitiba. O nome do trabalhador também batiza um assentamento criado no local onde o sem terra foi morto.

Acampamento Sebastião Camargo 2 Andrea Romina Freita é uma das cerca de 400 famílias que moram hoje no Acampamento Sebastião Camargo. Ela explica a escolha do nome “traz esse legado de resistência, de luta, de coragem, de tudo aquilo que representa a luta pela terra”.

O acampamento está hoje dentro da área do Assentamento Antônio Companheiro Tavares – que homenageia outro trabalhar sem terra assassinado em 2000. No assentamento, mora com sua família Messias Camargo Ventura, um dos filhos de Sebastião Camargo, que agora é assentado pela reforma agrária e realizou o sonho do pai de ter um pedaço de terra.

Grávida de nove meses, Andrea vê no exemplo de outras pessoas a importância de continuar lutando, para garantir uma vida melhor para a sua família. “Quem sabe daqui algum tempo a gente já esteja encaixado na nossa terrinha, produzindo um alimento saudável e tendo nossos direitos reconhecidos”, comenta. “Não é o desejo de uma coisa só pra gente, mas pra uma igualdade social”.

Mas ela bem sabe que a luta pelo direito à terra não é fácil, “apesar de gratificante”, como pontua. Truculência semelhante ao do despejo que vitimou Camargo foi conhecida pelos moradores do acampamento, em maio deste ano.

Ciclo de violência

Acampamento Sebastião Camargo. Madrugada fria naquele dia 18 de março. Depois de uma noite em claro, cheia de expectativas, a caravana de integrantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra partiu de São Miguel do Iguaçu, às 3h da manhã, rumo a Santa Terezinha do Itaipu. Lá, cerca de 2 mil famílias montaram o acampamento Sebastião Camargo. Escolheram a Fazenda Santa Maria – propriedade de envolvidos na operação Lava Jato, da Polícia Federal – para fazer resistência e luta pela terra.

Exatamente dois meses após o início da organização, em 18 de maio, as famílias foram despejadas do local. Sem conhecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os acampados e acampadas foram surpreendidos pela ação de policiais militares, durante a madrugada.

Integrante do MST que estava no local, Josias Basczask conta que bombas de gás, balas de borracha e máquinas foram usadas para despejar as famílias da área. Muitas famílias não puderam tirar suas coisas dos barracos. As máquinas vinham e derrubavam o que permanecia em pé.”Sem dó, sem piedade”, conta. “Tinham crianças ali. Chorei no momento. Me dói até agora”.

De lá, as famílias saíram escoltadas até o Assentamento Antônio Companheiro Tavares, em São Miguel do Iguaçu. Ali permanecem acampadas provisoriamente mais de 400 pessoas.

Região de conflitos

Quando ainda ocupavam a Fazenda Santa Maria, os moradores do acampamento viram a história de violência e morte contra sem terras se repetir. Em abril, dois trabalhadores foram assassinados em Quedas do Iguaçu, cidade próxima à da região. O massacre aconteceu na ocupação Dom Tomas Balduino, com a participação da Polícia Militar do Paraná. A área ocupada pertence à União, mas foi grilada pela empresa Araupel.

“Eram dois companheiros que estiveram aqui com nós”, conta Josias. Outros militantes da região também têm sofrido ameaças de morte através de ligações anônimas. Mas o trabalhador conta que o cenário de violência não amedronta a luta. “Aqui somos uma família. É onde a gente pega mais força pra lutar, batalhar”.

Cimi denuncia que CPI beneficiou ataque ruralista contra direitos dos povos dos campos. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 24/08/2016.

“A CPI da Funai/Inkra não ofereceu qualquer tipo de benefício à sociedade brasileira, mas serviu perfeitamente aos interesses dos ruralistas”

Em nota divulgada nesta segunda-feira (22), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) repudia o ataque ruralista contra os direitos consignados na Constituição Brasileira aos povos indígenas, aos quilombolas e aos camponeses. E afirma que, “a CPI da Funai/Inkra não ofereceu qualquer tipo de benefício à sociedade brasileira, mas serviu perfeitamente aos interesses dos ruralistas”.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) na demarcação de terras foi encerrada na última quarta-feira (19), sem ter produzido relatório final.

Para o Cimi, esta foi uma “tentativa alucinada de inviabilizarem por completo e em definitivo a demarcação das terras indígenas, a titulação das terras quilombolas e a reforma agrária no país, com a determinação de ampliarem a concentração e a exploração fundiária para produção e exportação de commodities agrícolas e de promoverem a desnacionalização do território brasileiro, os ruralistas escamoteiam a realidade dos fatos, fazem uso indevido de recursos públicos e promovem a violência no campo”.

Confira nota na íntegra.

A Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos” (CPI da Funai/Inkra), criada pela Câmara dos Deputados em 28 de outubro de 2015, terminou sua vigência no último dia 17 de agosto de 2016 sem apresentar relatório. Desprovida de fato determinado que a justificasse, a CPI da Funai/Inkra foi uma imposição da Frente Parlamentar Agropecuária. Parlamentares ruralistas, os mais radicais da Câmara, tiveram o domínio e o comando da CPI e, nesta condição, promoveram uma verdadeira ganância de recursos públicos em processo investigativo errático, sem foco, desprovido de objetividade.

A CPI da Funai/Inkra não ofereceu qualquer tipo de benefício à sociedade brasileira, mas serviu perfeitamente aos interesses dos ruralistas. Estes aproveitaram-se dos recursos públicos para visitar suas bases eleitorais, para amplificar o discurso do ódio e da violência contra os povos por meio de veículos de comunicação comerciais e estatais,

obtendo visibilidade e promoção política e econômica a si próprios, a seus partidos, às corporações empresariais que os financiam e a seus candidatos a prefeito e vereadores na presente corrida eleitoral.

Sem condições de justificar o fiasco de não terem apresentado sequer um relatório do que fizeram ao longo de dez meses de ganância dos recursos públicos, os ruralistas, desavergonhadamente, tentam agora criar mais uma CPI para continuar a farra e a farsa. Para tanto, já apresentaram requerimento junto à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e acionaram setores da mídia comprometidos com os interesses do agronegócio na tentativa de apresentar pseudo justificativas para a nova e natimorta empreitada.

Com a nova CPI, os ruralistas pretendem continuar queimando dinheiro público em tentativas requentadas e bizarras de criminalização de lideranças indígenas e de organizações da sociedade civil que apoiam a luta dos povos em defesa e pela implementação de seus direitos no Brasil.

Repudiamos o ataque ruralista contra os direitos consignados na Constituição Brasileira aos povos indígenas, aos quilombolas e aos camponeses. Na tentativa alucinada de inviabilizarem por completo e em definitivo a demarcação das terras indígenas, a titulação das terras quilombolas e a reforma agrária no país, com a determinação de ampliarem a concentração e a exploração fundiária para produção e exportação de commodities agrícolas e de promoverem a desnacionalização do território brasileiro, os ruralistas escamoteiam a realidade dos fatos, fazem uso indevido de recursos públicos e promovem a violência no campo.

O Cimi lamenta o mau uso do instrumento de investigação e dos recursos públicos do parlamento brasileiro por parte da bancada ruralista e espera que esse descabro seja contido pela Mesa Diretora da Câmara, pelos demais parlamentares e pela sociedade brasileira.

Vandana Shiva: Vivemos uma “ordem de guerra contra a Terra”. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 25/08/2016.

"A vida de Berta é um chamado a despertar. Devemos despertar e exigir justiça para o planeta, e justiça para Berta"

Vandana Shiva, física, filósofa, ativista ecofeminista, nasceu no vale de Doon, no Himalaia. Seus pais faziam parte do movimento independentista da Índia. Apesar das dificuldades por ser mulher, estudou física e depois filosofia. Nos anos 1970, somou-se ao movimento Chipko, constituído por mulheres que se abraçaram às árvores de uma mata para evitar que fossem cortadas. Em fins dos anos 1980, criou o Movimento Navdanya, para defender as sementes nativas frente aos transgênicos. A partir daí, criou comunidades de sementes para cuidar da vida e evitar sua depredação. Formou a Universidade da Terra, que promove a ciência digna, a soberania alimentar e alerta contra o impacto das políticas das corporações na mudança climática. Recebeu o Prêmio Nobel Alternativo em 1993.

Punto Final teve a oportunidade de entrevistá-la quando visitou a Argentina, convidada para o Festival Internacional de Cinema Ambiental (FINCA). A conversa começou a partir da recordação de nossa irmã Berta Cáceres, líder do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), assassinada por cuidar do Rio Gualcarque, junto à comunidade lenca de Rio Branco, em Honduras.

“Quero render uma homenagem a minha irmã Berta, uma lutadora pela terra, que fez um sacrifício dando sua vida. Mas, sua vida não foi dada voluntariamente, foi arrancada mediante a violência. A terra, toda a comunidade ecológica, e Berta, merecem justiça. Deve haver uma comissão de investigação que seja independente, não só restrita aos crimes cometidos contra os ativistas ambientalistas em Honduras, mas por toda a violência perpetrada pelas corporações, tomando os governos e os convertendo em maquinarias de guerra contra seus próprios cidadãos. A vida de Berta é um chamado a despertar. Devemos despertar e exigir justiça para o planeta, e justiça para Berta”, disse Vandana Shiva.

A entrevista é de Claudia Korol, publicada pela revista Punto Final, edição n. 857, 05-08-2016. A tradução é do Cepat.

Eis a entrevista.

O assassinato de Berta foi um crime contra uma guardiã da vida, e faz parte da criminalização das mulheres defensoras da vida. Como analisa esta política?

O sistema político e econômico, que tem mais de duzentos anos de história, o capitalismo patriarcal, se baseia na guerra contra a Terra, guerra contra as mulheres, guerra contra a vida. Por isso, quando mulheres como Berta Cáceres se levantam em defesa da vida, em defesa da terra, em defesa dos direitos das pessoas, o sistema as

criminaliza, porque é um sistema criminoso. Criminaliza quem luta em defesa da vida. Vemos como aumenta a violência contra as mulheres, porque o capitalismo patriarcal é a convergência da cobiça, da acumulação e do extrativismo, como também é o medo a tudo o que está vivo e livre. E Berta estava em pé, pela liberdade e a vida. Por isso, gerou medo naqueles que destroem a Terra e destroem nossas sociedades a qualquer custo.

Sementes da vida

Aumentou a consciência mundial sobre o cuidado com as sementes, a terra, a vida e, por isso, cresce a luta dos povos, das mulheres, das comunidades, como também cresce a militarização em resposta a essas lutas. Como pensa que deve ser a resposta das comunidades, das mulheres, à estratégia de militarização?

Acredito que a primeira resposta frente à militarização deve ser entender suas raízes. O sistema se baseia na mentalidade de guerra patriarcal capitalista. É uma ordem de guerra contra a Terra, contra o corpo das mulheres, contra as economias locais e contra a democracia. Temos que entender as conexões destas formas de violência.

Tivemos Estados nacionais, alguns se converteram em ditaduras, outros em democracias, mas que não eram extensões do mundo global das corporações. A globalização converteu os governos em extensões de sua atividade corporativa e, por isso, se tornaram Estados corporativos. É muito evidente que quando esses Estados corporativos tomam a vida das pessoas, produzindo câncer e malformações congênitas em meninos e meninas, minando nossas terras ancestrais, destruindo nossos territórios, convertendo as pessoas em refugiados, as pessoas vão se levantar, as pessoas vão protestar, as pessoas vão fazer bloqueios.

Hoje, estamos olhando como testemunhas o último passo das corporações, convertendo os Estados nacionais, primeiro em Estados corporativos e, agora, em Estados militarizados corporativos, quando a violência militarizada é o único caminho que lhes resta para enfrentar as pessoas que estão procurando defender a terra e suas vidas de uma maneira não violenta. Primeiro, temos que expor esta continuidade de poder e violência.

Como respondemos a isso? Respondemos através da paz e da não violência do modo mais profundo. A primeira parte é, realmente, em nossas mentes e em nossas consciências, e em nossas vidas, viver em paz com a Terra. Essa é nossa maior força. A segunda é resistir a regra do medo. O modo mais efetivo de resistir o medo é não ter

medo. E continuar tendo coragem, como teve Berta. Neste cultivo do não medo, cultivar nossa força comum, nossas solidariedades, para estarmos juntos. E, finalmente, reconhecer que o sistema econômico se tornou um sistema de guerra. Ao invés de cuidar e promover a vida, está eliminando a vida, e então está extinguindo a vida daqueles que estão em pé pela vida. Temos que construir o mais impressionante movimento planetário pela paz de nossos tempos, onde aflua o movimento ecologista, o movimento contra a militarização, o movimento feminista, o movimento pela justiça. Todos precisam se tornar um”.

Manipulação genética

Além do sistema de morte que o capitalismo patriarcal significa, a mercantilização está gerando vida sintética. O que pensa destas formas de manipulação da vida, aplicando conhecimentos científicos?

Eu chamaria a denominada manipulação da vida por meio da genética de manipulação da vida por meio da guerra. Qualquer um que faça uma biologia realmente independente, dirá que pegar um gene de um organismo e implantá-lo dentro de outro possui sérias consequências. Conhecer essas consequências é parte do fazer ciência. Estas empresas, que não são científicas, possuem três níveis. O primeiro é que não compreendem a vida. Porque a vida é uma complexidade auto-organizada e está sendo tratada como um jogo de tijolinhos. O segundo é que estão tramando suposições que não refletem como realmente funciona a vida. Estão baseados em um reducionismo genético que funciona como um determinismo genético, que é assumido como se existisse uma molécula mestra que dá ordens para todas as demais, e que tudo o que é necessário fazer é mudar essa molécula de lugar. Mas, não existe uma molécula mestra em um sistema vivo. O terceiro ponto é que não assumem a responsabilidade pelas consequências. Os primeiros cientistas que criaram as técnicas de recombinação de DNA colocaram fim nisto em 1972, assumindo em uma declaração que não podiam saber as consequências, e que os cientistas têm a responsabilidade de entender as consequências, antes de realizar ações. Qualquer entidade individual ou corporativa que mude a fabricação da vida, sem entender as consequências e sem tomar as responsabilidades disso, está atuando de maneira não científica. O que chamamos de ciência é um projeto patriarcal para um curto momento da história. É uma ciência reducionista, baseada na dominação da natureza. É o conhecimento gerado para a exploração.

Soberania alimentar

Nós, feministas comunitárias – indígenas, campesinas, populares - neste continente, pensamos que a defesa dos territórios faz parte de nosso projeto de vida, e que o corpo é nosso primeiro território a ser cuidado. Nesta perspectiva, propostas como a soberania alimentar se integram na lógica de luta contra o capitalismo patriarcal.

Concordo. Todas as estruturas artificiais de conhecimento se basearam no que chamei de ‘apartheid ecológico’, separando-nos da Terra em nossas mentes, já que não podemos realmente nos separar da Terra em nossas vidas, porque estaríamos mortos. Desta ideia de separação vem a ideia de que é possível substituir os processos de vida com materiais químicos e tóxicos. Então, nosso corpo não está vivo, não é da Terra, é só uma máquina, da qual você pode remover as partes e acrescentar moléculas sem que isso provoque algo em nossa saúde. Você pode produzir soja transgênica e imaginar que não provoca nada à vida, ainda que mate a todas as bactérias em nosso interior. Pode pretender substituir o açúcar natural por xarope de alta frutose, mas seu fígado vai se rebelar.

A soberania alimentar se baseia em superar o apartheid ecológico, sabendo que somos parte da Terra. Somos o solo, somos o ar, somos a semente, somos a água. E a comida que cultivamos na terra se converte em nosso corpo, nosso sangue, nossas células. A comida é a força da vida, é a rede da vida, e é a continuidade da vida, da Terra e de nós mesmos. É por isso que o território e o corpo correspondem quando produzimos comida da maneira correta e comemos a comida adequada. Mas, quando não correspondemos e deixamos de pensar conscientemente na comida, nos tornamos parte deste sistema de guerra. Ainda que sejamos um pequeno elo da cadeia, estamos ajudando a fazer com que permaneça. É necessário ser consciente disto. Caso se controle o mercado de armas, se controla as guerras. Caso você controle a comida, controla a sociedade. E se você controla as sementes, controla a vida na Terra”.

A maioria das mulheres foi separada da Terra. Este é um obstáculo para realizar esta cadeia de vida.

As mulheres e as comunidades indígenas foram separadas da Terra violentamente. É a maior crise que estamos enfrentando. Porque estar na Terra quer dizer ser guardiões e guardiãs da terra. Nosso desafio é, passo a passo, campo a campo, sítio a sítio, semente a semente, voltar à terra. Isso está acontecendo em todas as partes do mundo onde as pessoas produzem sua própria comida. É o que eu estou fazendo na Índia com o

Movimento Navdany, porque ainda que a tendência seja retirar os camponeses e as camponesas de sua terra, nós trabalhamos para mantê-las em sua terra, criando economias através das quais possam ficar na terra. Essas economias propõem estimular a biodiversidade...

Claro. Isto é muito necessário, e em especial na Argentina, que vive uma escravidão da soja, onde os cidadãos se fecham em si mesmos, assim como os camponeses. A monocultura prejudica a mente. Parte do problema que temos é que há muitas ‘soluções individuais e globalizadas’. Temos que permitir que cresçam soluções múltiplas. Para poder sair da escravidão e produzir a biodiversidade que a terra e as pessoas necessitam é preciso criar associações entre moradores do campo e das cidades. Por que os produtores se relacionam com a Monsanto e não com os moradores das cidades? Porque o sistema está trabalhando para aqueles que criaram este sistema totalitário, mas não está trabalhando para as pessoas que cultivam a terra. Este sistema rompeu os processos ecológicos da Terra, como também as relações entre os povos. Temos que reparar este sistema rompido. Cada pessoa criativa pode trabalhar para respeitar os direitos da Mãe Terra e os direitos da Humanidade.

Governo volta a discutir liberação de venda de terras a estrangeiros. – Site da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). 25/08/2016

A venda de terras agrícolas para investidores estrangeiros, um tema considerado fora de questão na gestão da presidente afastada Dilma Rousseff, voltou a ser discutida no governo. O deputado federal Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) informou ao ‘Estado’ ter se reunido, na semana passada, com integrantes da cúpula do governo para discutir a liberação da venda, com a imposição de limites.

Desde agosto de 2010, um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre a Lei 5.709, de 1971, proíbe que grupos internacionais obtenham o controle de propriedades agrícolas no País. Em 2012, um projeto de lei foi apresentado no Congresso modificando a restrição, mas está com a tramitação parada.

É em cima desse projeto que Cardoso propõe modificações. “Estamos trabalhando em um texto substitutivo que autoriza a compra de terras dentro de certos limites”, disse o deputado, que coordena a Frente Parlamentar de Silvicultura. “A ideia é que haja um

limite de 100 mil hectares por empresa, que pode ser ainda alterado”, disse. Fundos soberanos e ONGs, porém, não poderiam ser compradores.

Segundo Cardoso, o governo sugeriu que fosse incluído no projeto de lei que, para liberar a venda, o investidor adquira 10% adicionais de terras para destinar à reforma agrária. Se o investidor quiser comprar além do limite de 100 mil hectares, teria de se associar a um grupo nacional – que seria majoritário no negócio – para essa expansão, como já ocorre hoje. “Mas o limite de 100 mil hectares pode ser revisto (para cima).”

O deputado acredita que o fim dessas restrições poderá destravar investimentos da ordem de R\$ 50 bilhões no País em áreas agrícolas e florestais.

O assunto, porém, é polêmico. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) são totalmente contra o parecer da AGU e também às limitações para compra de terras. O presidente da SRB, Gustavo Diniz Junqueira, disse que a entidade já tem uma ação, com pedido de liminar, no Superior Tribunal Federal, para que torne inconstitucional o parecer da AGU. “Somos contra a restrição a estrangeiros, à limitação para compra de terras e achamos estapafúrdia essa proposta de impor a flexibilização à liberação de 10% de área para reforma agrária. São coisas diferentes.” Segundo Silvio Teixeira, da Ibá, a entidade deverá ir à Justiça, caso o governo decida por um teto para a compra de terras.

Para o advogado Aldo De Cresci Neto, especialista em florestas e secretário executivo da Frente Parlamentar de Silvicultura, o Congresso busca um meio-termo sobre o tema. Segundo ele, outra possibilidade, que não foi descartada por Cardoso, seria o registro do grupo estrangeiro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Procurada, a Casa Civil da Presidência da República informou que o presidente em exercício Michel Temer solicitou um parecer sobre o tema ao ministério.

MS: Mulheres instalam centro para solução de demandas em assentamento. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/08/2016

Um grupo de mulheres do Projeto de Assentamento Sucesso - localizado município de Nova Alvorada do Sul, em Mato Grosso do Sul -, encontrou uma fórmula para solucionar os problemas cotidianos do local. Trata-se do projeto Comunidade Unidade, que funciona em uma ampla sede, onde são concentradas as discussões de qualquer problema das 80 famílias que habitam o assentamento, criado há nove anos.

O casarão, com paredes fechadas em tábuas de pinho, tem uma sala destinada às reuniões realizadas para a solução de negócios com os produtores. Geralmente são casos de falta de dinheiro para concluir os investimentos, como o aumento do rebanho de vacas leiteiras, formas de hortas comerciais e assim sucessivamente. Na sala de computação, com quatro máquinas, são ministradas aulas básicas sobre internet e como operar computador. Também existe uma biblioteca com 500 livros à disposição dos moradores do assentamento.

A maior clientela dos projeto é formada por estudantes. Eles lotam as salas nos períodos em que recebem aulas de reforço escolar, com a participação de professoras voluntárias e funcionárias da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O projeto foi apresentado, durante a noite do dia 23 de agosto, ao superintendente do Incra/MS, Humberto César Mota Maciel, depois de ser completamente reformado e receber pintura geral. Cerca de 200 pessoas, entre moradores do projeto Sucesso e dos assentamentos vizinhos, visitaram o casarão na ocasião. Para Maciel, a experiência é diferente de tudo que conheceu até agora nos assentamentos. "Gostei do que vi aqui e principalmente da boa vontade dessas senhoras voluntárias que moram, produzem e ajudam a resolver os problemas de sua comunidade", disse.

Incra discute novo processo de seleção de candidatos à reforma agrária. – Site da Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 26/08/2016

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) realiza oficina com o objetivo de avaliar e aprimorar as regras de inscrição, seleção e homologação de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O evento acontece na Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro) em Brasília (DF), entre os dias 29 de agosto e 1º setembro, com a participação de gestores da sede e das 30 superintendências regionais da autarquia, além de representantes do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e do Tribunal de Contas da União.

Durante a oficina serão debatidas medidas para aperfeiçoar o processo de admissão de candidatos ao programa de reforma agrária, a fim de assegurar mais transparência, publicidade e controle social. Também serão definidas providências e prazos para o saneamento de irregularidades identificadas pelos órgãos de controle na relação de beneficiários assentados.

Segundo o presidente do Incra, Leonardo Góes, "a realização do evento reforça compromissos da autarquia de aperfeiçoar a gestão da política de reforma agrária e de atender às recomendações dos órgãos de controle externo, estabelecendo novos parâmetros e procedimentos para ingresso no programa".

No primeiro módulo da oficina serão apresentados os relatórios de auditoria da Controladoria Geral da União, atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, e do Tribunal de Contas da União, que apontaram indícios de irregularidades na relação de beneficiários assentados e resultaram em recomendações ao Incra com o objetivo de aprimorar o processo de admissibilidade ao PNRA. A Procuradoria Federal Especializada da autarquia contribuirá com orientações sobre a atualização do marco legal da política de reforma agrária.

Já no segundo módulo serão discutidas as providências e os procedimentos administrativos do Incra para saneamento das inconsistências identificadas, que vão constar em plano de providências. O documento apresenta as medidas adotadas e as ações que serão executadas para solucionar as possíveis irregularidades e assegurar o cumprimento das recomendações dos órgãos de controle externo.

A elaboração do plano de providência regional de cada superintendência, o chamamento dos beneficiários para o saneamento dos indícios de irregularidades e as ações de supervisão ocupacional serão abordados no terceiro e no quarto módulos da oficina.

Durante o evento será debatido novo regulamento geral, elaborado pelas Diretorias de Obtenção de Terras, de Desenvolvimento de Assentamentos e de Ordenamento da Estrutura Fundiária, que atualiza os procedimentos de inscrição, seleção e homologação de candidatos. O regulamento aprimora também a supervisão ocupacional de parcelas em assentamentos e a seleção de candidatos para lotes vagos decorrentes do processo de revisão ocupacional.

O documento será publicado nos próximos dias e atende às determinações dos órgãos de controle de aprimoramento das normas e procedimentos relativos à admissão de famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária.

Dirigente do MST recebe homenagem da CPT em Alagoas. Gustavo Marinho - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 26/08/2016.

Segundo Carlos Lima, da coordenação da CPT, a criação do Prêmio Dom Helder Câmara foi uma forma de homenagear aqueles que se dedicam a luta pela Reforma Agrária.

Em homenagem aos esforços na construção da unidade nos movimentos de luta pela terra de Alagoas, José Roberto, da Direção Nacional do MST, recebeu o prêmio Dom Helder Câmara, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em sua última Assembleia Estadual.

José Roberto foi homenageado, em especial, pelo papel na articulação dos movimentos populares do campo na disputa pelas terras da massa falida do Grupo João Lyra, grupo liderado pelo empresário e ex-deputado federal (PSD), João Lyra, com falência decretada pela primeira vez há sete anos, com dívida calculada em R\$ 2,1 bilhões aos governos estadual, federal, além de ex-funcionários.

Diversas lutas unitárias foram travadas pelos oito movimentos de luta pela terra em Alagoas, tendo como grande expressão da unidade das organizações a Marcha em Defesa da Reforma Agrária, da Democracia e Contra o Golpe que, em abril, percorreu mais de 80 km com mais de 2000 Sem Terra. Na ocasião, os trabalhadores também exigiam que as terras que antes pertenciam as usinas do Grupo João Lyra, fossem destinadas para fins de Reforma Agrária.

Segundo Carlos Lima, da coordenação da CPT, a criação do Prêmio Dom Helder Câmara foi uma forma de homenagear aqueles que se dedicam a luta pela Reforma Agrária.

“Temos oferecido esse prêmio a pessoas que não estão diretamente envolvidas em organizações do campo, apoiadores e apoiadoras da luta pela terra. Mas esse ano decidimos pela primeira vez homenagear alguém que está diretamente envolvido com a luta pela Reforma Agrária em Alagoas”, destacou.

“Por entender o papel que o José Roberto desempenhou desde que chegou ao estado de Alagoas, no sentido mais específico de dar unidade a luta do campo alagoano, podemos dizer que ele foi o primeiro responsável pela unidade que se constrói entre os movimentos de luta pela terra de Alagoas. Foi por isso que a CPT por unanimidade decidiu que o Prêmio fosse entregue a ele esse ano”, explicou Carlos Lima.

O dirigente Sem Terra recebeu o prêmio dedicando a cada trabalhador e trabalhadora rural que sonha e luta com seu pedaço de terra para viver. “Cada companheiro e companheira que acreditou e acredita que é possível vencer o latifúndio e em nossa

vitória na disputa pelas terras aprisionadas pelo João Lyra levam parte desse prêmio comigo”, disse José Roberto.

José Roberto lembrou também dos trabalhadores e trabalhadoras que tombaram na luta pela terra, para ele a unidade e o fortalecimento da luta pela Reforma Agrária em Alagoas são mais uma forma de vingar a morte de cada um, “nossa unidade, assim como cada uma de nossas conquistas é para vingar a morte dos companheiros que tombaram nessa luta. Cada ação, cada enfrentamento e cada passo que nós damos é nossa forma de mostrar que seguimos fortes, na luta para garantia de vida digna para o nosso povo”.

Planeta perde 33 mil hectares de terra fértil por dia. Baher Kamal. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). 26/08/2016.

Estudos científicos calculam que a superfície terrestre em condições de seca passou de 10% para 15% no começo dos anos 1970, para mais de 30% no início de 2000, e que esses números continuarão aumentando

Embora as secas ocorram em todas as partes, a África parece ser o continente mais prejudicado. Segundo a Convenção das Nações Unidas para a Luta Contra a Desertificação (UNCCD), dois terços das terras africanas são desertas ou áridas. O desafio é enorme para o segundo maior continente do planeta, com 1,2 bilhão de habitantes distribuídos em 54 países, que foi a região mais afetada em 2015-2016 pelo fenômeno climatológico El Niño.

“Em nível mundial, as secas são cada vez mais graves, mais frequentes, têm maiores duração e extensão espacial. Seu impacto é cada vez maior, e inclui o deslocamento humano em massa e a migração. A seca atual é evidência”, afirmou Daniel Tsegai, funcionário da UNCCD, na Conferência sobre a Seca na África, organizada por esse organismo e pelo governo da Namíbia, que termina hoje, em Windhoek, capital desse país.

A Conferência insiste na “resiliência diante da seca”. Tsegai destacou à IPS que “a resiliência diante da seca se define simplesmente como a capacidade de um país para sobreviver secas consecutivas e recuperar as condições prévias. Para começar, há quatro aspectos na seca, o meteorológico (clima), o hidrológico (águas superficiais), o agrícola (cultivo) e o socioeconômico (as consequências para os seres humanos)”.

Para Tsegai, os principais obstáculos para se conseguir a resiliência diante da seca na África são:

1. Falta de uma adequada base de dados que inclua clima, recursos hídricos – superficiais e subterrâneos –, umidade do solo e incidências de secas passadas e seus impactos;
2. Má coordenação entre os diversos setores e atores relevantes em um país e entre países de uma região;
3. Baixo nível de capacidade para aplicar medidas de redução do risco de seca, especialmente em nível local;
4. Falta de vontade política para implantar políticas nacionais contra a seca;
5. O elemento econômico da preparação para a seca não é bem investigado.

Quanto aos objetivos da UNCCD, Tsegai apontou que essa Convenção procura melhorar a produtividade da terra, restaurá-la ou preservá-la para estabelecer um uso mais eficiente da água e melhorar as condições de vida das populações afetadas pela seca e a desertificação, destacando algumas das estratégias que podem ser adotadas para aumentar a resiliência diante da seca.

Primeiro, uma mudança na maneira de lidar com o problema. Devemos mudar a forma de pensar sobre a seca, explicou. “A seca já não é mais um evento isolado e nem mesmo uma crise. Será mais frequente, grave e de maior duração. É um risco constante”, ressaltou. “Portanto, temos que deixar de ser reativos e ser proativos, passar do enfoque da gestão da crise para a gestão de riscos, do enfoque fragmentado para um mais coordenado e integrado. Tratar a seca como uma crise implica tratar os sintomas e não as causas”, alertou Tsegai, acrescentando que, “em resumo, o caminho a seguir é o desenvolvimento de uma política nacional contra a seca baseada nos princípios da redução do risco”.

Em segundo lugar é necessário fortalecer os sistemas de controle e de alerta das secas. Também é importante avaliar a vulnerabilidade do país diante do fenômeno e realizar perfis de risco: quem será afetado, em que áreas e quais serão os impactos. As medidas de redução do risco incluem o desenvolvimento de sistemas de irrigação sustentável para os cultivos e o gado, acompanhamento e medição do abastecimento de água e seus usos, reciclagem e reutilização das águas, possibilidade de cultivos mais tolerantes à seca e ampliação de seguros das colheitas.

Tsegai espera cinco resultados da Conferência de Windhoek:

1. Um documento de estratégia comum em nível de África para fortalecer a preparação do continente diante da seca, que possa ser aplicado e compartilhado entre os países;
2. Que leve ao desenvolvimento de políticas nacionais integradas destinadas à construção de sociedades mais resilientes à seca, baseadas no uso sustentável e na gestão dos recursos naturais (terra, floresta, biodiversidade, água, energia, etc.);
3. Espera-se que os países acordem um protocolo que seja vinculante e que será apresentado na Conferência Ministerial Africana sobre o ambiente, em 2017, para sua aprovação na Cúpula da União Africana (UA);
4. Os resultados da Conferência serão apresentados aos governantes da UA para obter seu apoio;
5. E também que a fortaleça as alianças e a cooperação Sul-Sul para apoiar o desenvolvimento de políticas nacionais e a melhora das já existentes sobre gestão da seca.

Oficina inicia revisão do processo de seleção de candidatos à reforma agrária. – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/08/2016

O processo de elegibilidade de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) é o tema de oficina, iniciada nesta segunda-feira (29/8), em Brasília (DF), com a participação de servidores da sede do Incra e das superintendências regionais da autarquia. O evento ocorre na Escola Nacional de Gestão Agropecuária e termina na próxima quinta-feira (01/09).

A oficina é promovida pelo Instituto para aperfeiçoar o processo de admissão de candidatos ao programa de reforma agrária e para definir providências visando ao saneamento de irregularidades identificadas pelos órgãos de controle externo na relação de beneficiários assentados. Desde abril deste ano, as famílias beneficiárias que apresentaram indícios de situação irregular estão impedidas de ter acesso às políticas do PNRA.

O coordenador geral de Implantação de Projetos de Assentamento do Incra, Sidnei Ferreira da Silva, destaca que a participação de representantes da autarquia, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle é importante para aprimorar o normativo e o sistema operacional de seleção de famílias. “Vamos discutir os resultados e as recomendações dos órgãos de controle com o

objetivo de melhorar a gestão do programa de reforma agrária”, afirma. Na primeira atividade da oficina, representantes do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e do TCU apresentaram os relatórios de auditoria que apontaram indícios de irregularidades na relação de beneficiários do PNRA. Em seguida, a Procuradoria Federal Especializada junto ao Inca explanou sobre a atualização do marco legal da política de reforma agrária. Durante o evento, serão discutidas ações a serem executadas pela autarquia para solucionar as inconsistências apontadas na relação de beneficiários e as medidas necessárias para atender às recomendações dos órgãos de controle externo. Essas iniciativas vão integrar o plano de providências a ser encaminhado ao TCU em cumprimento às determinações do Acórdão nº 775/2016. Também será debatida a proposta de novo regulamento geral, que atualiza os procedimentos de inscrição, seleção e homologação de candidatos, assim como a supervisão ocupacional de parcelas em assentamentos e a seleção de candidatos para lotes vagos decorrentes desse processo.

Indígenas de São Paulo, acossados por todos os lados. Masílea Gombata- Carta Capital, 30/08/2016.

Terra indígena sofre com expansão da cidade e é pressionada por lei que concede parques à iniciativa privada

Casa de reza na aldeia de Tekoa Ytu, no Jaraguá, onde são transmitidos os aspectos da cultura guarani

É na casa de reza da Tekoa Ytu, no Jaraguá, que índios guarani no menor território indígenado Brasil conseguem vivenciar a plenitude do modo de vida de seus antepassados. Em meio à fumaça da fogueira, do fumo de corda queimando e das canções embaladas por timbres de instrumentos como rabeca, maraca mirim e takuapu, membros do grupo mbya transmitem aos mais novos cultura, conhecimento e força.

Os 354 troncos que formam as paredes do espaço de 60 metros quadrados guardam uma espécie de tesouro, que resiste a tentativas de mudança impostas pelo modo de vida do homem branco ocidental.

Pressionados por uma morosidade do governo em reconhecer de fato os 532 hectares reivindicados e por uma especulação imobiliária que acompanha a expansão da cidade

para a periferia (estima-se que a região do Pico do Jaraguá terá um crescimento demográfico de mais de 50% nos próximos 25 anos, passando dos atuais 208.054 para 317.439 habitantes), os guarani no Jaraguá lutam para manter seu modo de vida tradicional, mas enfrentam um obstáculo de proporções épicas: no estado mais rico da federação, uma lei entrega às mãos da iniciativa privada a gestão de parques estaduais como a reserva do Pico do Jaraguá, que se sobrepõe à área reclamada.

No fim de junho, o governador Geraldo Alckmin sancionou o projeto que autoriza o governo estadual conceder à iniciativa privada 25 parques estaduais, como o do Jaraguá (488,84 hectares) e o da Cantareira (7.900 hectares) na capital e o de Campos do Jordão (8.341 hectares) na região do Vale do Paraíba, assim como áreas de manejo florestal no estado.

O texto prevê concessão por 30 anos para “a exploração dos serviços ou o uso de áreas inerentes ao ecoturismo e à exploração comercial madeireira ou de subprodutos florestais”, o que é justificado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente pelo interesse público para que o governo obtenha recursos para a recuperação da natureza.

Os guarani mbya, por sua vez, argumentam que as matas da Terra Indígena Jaraguá representam um dos últimos fragmentos da Mata Atlântica na cidade de São Paulo e não se resignarão diante da disputa por parte do território que reivindicam dentro do Parque do Jaraguá.

A resistência não vem de hoje: a terra guarani na porção noroeste da capital é cercada pela Rodovia dos Bandeirantes, pela Anhanguera e também pelo Rodoanel, que trazem barulho e poluição aos que vivem ali, mas se recusam a sair.

“O caso do Jaraguá é um pouco diferente dos outros territórios indígenas, porque a periferia, com toda especulação de terra, fragmentação e valorização do solo, chega até os indígenas”, explica Camila Salles de Faria, professora da Universidade Federal de Mato Grosso e autora da tese *A Luta Guarani pela Terra na MetrÓpole Paulistana: Contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena*, defendida em dezembro no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

“Com isso, há tentativa de expulsão ou de não ampliação da área de demarcação. Ao limitar esse direito à terra, acaba-se tirando a relação essencial com a natureza, necessária para o plantio. A privatização do parque agrava isso, pois seu cerco impossibilita os guarani de entrarem no parque como estavam acostumados a fazer.”

A Terra Indígena Jaraguá é composta por quatro aldeias: Pyau, Itakupé, Itawerá e Ytu. Destas, três são reconhecidas pela Funai, mas apenas a Ytu tem 1,7 hectare demarcado, além de uma Unidade Básica de Saúde precária (onde um pediatra e uma ginecologista atendem semanalmente sem uma sala reservada) e duas escolas.

No Centro de Educação e Cultura Indígena (Ceci) municipal estudam 170 crianças de zero a 6 anos de idade. Já a estadual Escola Djekupe Amba Arandy, que tem ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, recebe 250 crianças e jovens.

Pedro Karai Yrapuá, de 51 anos, auxiliar de coordenação de cultura na aldeia, explica que na Ceci são ensinados elementos da cultura indígena, mas a escola não é a base da educação guarani. “Ser guarani é ter um modo de vida em torno do observar e aprender com o universo. Enquanto o jurua (homem branco) só olha o mundo como um objeto de valor em termos de riqueza e sabedoria desde que traga algo para ele, para o guarani o valor está em aprender com a natureza”, explica. “Não existe a preocupação em se beneficiar e ganhar com o território. É mais sobre o que a terra ensina, a importância de apreender e conservá-la.”

A TI Jaraguá é povoada por 200 casas simples de pau a pique ou cimento, ruelas de barro, cachorros diariamente abandonados ali, galinhas e crianças que brincam do lado de fora das casas, em uma vivência em comunidade impensável para os centros urbanos de hoje. O território indígena carece de saneamento básico e infraestrutura, mas é cercado por casarões e vizinhos que também buscam viver em comunhão com a natureza.

Andando por ali, o jovem guarani Herbert Martins, de 20 anos, aponta para a mansão vizinha e lembra que na piscina que ostentam há festas com frequência. Orgulhoso, ele conta fazer parte de um grupo de rap batizado de Xondaro MC’s (Guerreiros MC’s em guarani). “A gente faz letras sobre como o Brasil era habitado e passou a ser invadido”, explica, sobre a opressão vivida por seu povo na pele.

Delimitada em 1987, a aldeia Tekoa Ytu, conhecida como “Aldeia de Baixo”, é a menor terra indígena do país e é cortada pela Estrada Turística do Jaraguá antes de fazer fronteira com a Tekoa Pyau, também chamada de “Aldeia de Cima”. Nela, reclamam, vizinhos deixam gados e outros animais soltos avançarem em hortas tímidas como as de milho.

Uma plantação de eucalipto próximo dali contribuiria para a seca das nascentes do Rio Ribeirão das Lavras. Além da Ytu e Pyau, a Terra Indígena Jaraguá abriga as aldeias

Itakupé e Itawerá. Embora sejam terras reconhecidas pela Funai, apenas a Ytu é homologada.

A Funai lembra que a reivindicação pelo reestudo dos limites territoriais é antiga e em junho de 2015 a Portaria Declaratória nº 581 do Ministério da Justiça reconheceu os 532 hectares que configuram a Terra Indígena Jaraguá como de ocupação tradicional dos guarani.

“Embora tenha sido uma importante conquista do povo guarani mbya de São Paulo, hoje a eficácia da Portaria nº 581 está suspensa, de modo que a tramitação pela regularização do território indígena restou paralisada aguardando apreciação do mérito da ação pelo Supremo Tribunal Federal”, lembra o órgão de proteção ao índio por meio de sua assessoria.

Além da paralisação da portaria, os índios do Jaraguá convivem com o fantasma de um retrocesso ainda maior com a possibilidade de esmagamento imposta pela lei de concessão dos parques estaduais.

A diminuição forçaria os índios a delimitarem não apenas o seu território, mas práticas dacultura guarani como a agricultura para o autossustento, o manejo de nascentes e a extração de plantas medicinais. Tal “confinamento territorial”, observa a Funai, não condiz com o padrão de ocupação territorial guarani.

“Esse é o maior desafio da comunidade hoje e a causa de muitos outros problemas. Com essa área, não é possível levar adiante um programa habitacional por falta de espaço para as casas. O crescimento da metrópole de São Paulo asfixia a aldeia, que persiste em manter vivos o idioma e a religiosidade, além de buscar recriar pequenos nichos de cultivos tradicionais”, observa a Funai, ao culpar a restrição de espaço físico e a aproximação da cidade a cada dia por situações de vulnerabilidade das famílias locais.

“Elas convivem com escassez de alimentos, más condições de habitação e de saneamento, além da entrada do alcoolismo. A suspensão da Portaria Declaratória do Ministério da Justiça aumenta a insegurança delas”, afirma a Funai, ao alertar que sua Coordenação Regional Litoral Sudeste identifica cerca de 30 aldeias sobrepostas a Unidades de Conservação e vem trabalhando em Planos de Gestão Territorial e Ambiental como meio de uma gestão compartilhada juntamente com os parques.

Membro da Comissão Guarani, Sonia Barbosa, de 42 anos, explica que a perda de espaço implica perda de referência para os guarani. “Sem a terra não há lugar para o cultivo, para brincadeiras tradicionais, para a vivência dos mais velhos”, afirma. “O

governo do estado toma toda a área de preservação como se fosse dele e esquece que aqui há pessoas, nascentes, animais silvestres, árvores frutíferas. Olham a mata apenas com o propósito financeiro.”

Foram os elementos dessa mata que propiciaram aos guarani se estabelecerem ali desde o século XVI. “Antes a gente tomava banho no rio, minha avó cozinhava com a água dele. Mas agora tomamos água da Sabesp, e as crianças que entram no rio saem cheias de doenças”, lamenta Jurandir Augusto Martim, de 40 anos, enquanto mostra orgulhoso a horta de manga, milho, abóbora e mexerica, vizinha do apiário de abelhas urucu e mandaia na Aldeia de Baixo.

Thiago Henrique Karai Djekupe, de 22 anos, explica que a noção de pertencimento sobre parte do Parque Estadual do Jaraguá vem de décadas. Quando criança, seu pai o levava desbravar o local em busca de “remédios” da natureza para a fabricação de garrafadas (infusões de álcool com plantas medicinais). “Minha avó sempre lutou muito pela demarcação da nossa terra e em 1987 conquistamos o 1,7 hectare. Continuamos batalhando, mas desde que a nossa luta ganhou força vimos retrocesso atrás de retrocesso.”

Por ser signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ele lembra, o Estado brasileiro não tem direito de negar a identidade de um povo indígena e deve consultar povos originários sobre qualquer medida que possa afetá-los. “Mas hoje, além de não respeitarem a convenção, aplicam mais leis que ferem a Constituição e nós”, diz, referindo-se aos artigos 231 e 232 da Carta sobre a garantia dos direitos indígenas.

Além da suspensão da Portaria Declaratória nº 581, do Ministério da Justiça, da lei estadual sobre concessão dos parques estaduais, os guarani temem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas. Ao transferir o poder de demarcação de terras indígenas, coloca-se tal responsabilidade nas mãos dos parlamentares, cada vez mais representados por bancadas ruralistas.

Para a Funai, a PEC 215 é inconstitucional, já que a definição sobre terras indígenas fica sujeita às “maiorias políticas de ocasião”. “Sabemos que hoje essa maioria representa interesses pessoais e financeiros e atua para que não seja demarcada nenhuma terra indígena”, observou a entidade em comunicado.

Além da pressão no âmbito federal com a PEC 215, o imbróglio na esfera estadual foi marcado por uma denúncia do Ministério Público Federal de São Paulo que fala em uso de drogas e abuso sexual de crianças na aldeia. A denúncia golpeou a luta guarani pela ampliação e reconhecimento de seu território, antes de ela sofrer novo revés com a lei de concessão dos parques estaduais.

Os guarani do Jaraguá reclamam que em nenhum momento foram ouvidos para a formulação da denúncia e que só foram chamados para depor como se fossem criminosos. Por tratar-se de uma minoria, os indígenas estão sujeitos a um fenômeno que não ocorre na sociedade branca ocidental: quando um membro da comunidade comete alguma irregularidade, a mancha se alastra por toda a aldeia, estigmatizando-a ainda mais.

No dia a dia, a denúncia só criou mais obstáculos para os guarani do Jaraguá. “Passamos a ser alvo de racismo e discriminação. Os ônibus deixavam de parar quando dávamos sinal, perguntavam às mulheres se elas faziam programas e mostravam partes íntimas para nossas crianças”, conta Thiago Djekupe. “A denúncia generalizou problemas pontuais que existem aqui e em qualquer comunidade.”

A Funai, por sua vez, garante que sua coordenação técnica auxilia a comunidade da TI Jaraguá desde 2013, promovendo diálogos sobre o enfrentamento à violência e a promoção de saúde, com foco em saúde mental e combate ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Para David Guarani Karai Popygua, uma das lideranças, de 28 anos, a denúncia se coloca como uma tentativa de criminalizar a comunidade indígena, descartando os percalços que os guarani do Jaraguá enfrentam para ter acesso a saúde, educação e alimentação e a batalha centenária por terra.

“Parece que o MPF e o governo do estado se articulam para dificultar nossa luta pela demarcação. Se tirarem nossa terra, como sobreviveremos?”, questiona, entristecido. “As pessoas nos criticam por reivindicarmos uma área dentro da metrópole, mas não conseguem refletir de forma crítica e enxergar: quem invadiu a nossa terra foi a cidade.”